GISELLE GOMES BEZERRA

**Desenho jurídico-institucional da participação social: uma análise do
Conselho Nacional de Educação**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dra. Maria Paula Dallari Bucci

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

GISELLE GOMES BEZERRA

**Desenho jurídico-institucional da participação social: uma análise do
Conselho Nacional de Educação**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob a orientação da Professora Associada Dra. Maria Paula Dallari Bucci.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

BEZERRA, Giselle Gomes

Desenho jurídico-institucional da participação social: uma análise do Conselho Nacional de Educação / Giselle Gomes Bezerra ; orientadora Maria Paula Dallari Bucci – São Paulo, 2017.
260 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Desenho jurídico-institucional da participação social. 2. Conselho Nacional de Educação. 3. Forma de escolha dos Conselheiros. 4. Sociedade civil organizada. 5. Participação de grupos de interesse. 6. Políticas públicas. I. BUCCI, Maria Paula Dallari, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar a minha gratidão à Professora e minha orientadora nesta dissertação, Maria Paula Dallari Bucci, da Faculdade de Direito/USP, que tanto me ensinou ao longo desta jornada, algo que levarei para a vida, cujo contato sempre é uma experiência maravilhosa. Aos Professores/as: Nina Beatriz Stocco Ranieri e Luis Fernando Massonetto da Faculdade de Direito/USP; Wagner Pralon Mancuso e Ursula Dias Peres, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP; Adrian Gurza Lavalle, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP; e Rubens Barbosa de Camargo, da Faculdade de Educação/USP, pelo diálogo e profunda instrução.

Aos amigos da Faculdade de Direito/USP, especialmente ao também Professor, Rodrigo Pires da Cunha Boldrini, e à Ingrid Viana Leão.

À minha escola de formação em Direito Público Municipal, Conam - Consultoria em Administração Municipal, em particular ao Professor Austen S. Oliveira que fez a leitura e teceu comentários que me impulsionaram nesta dissertação; à Dra. Dyonne Stamato, que desde sempre é a minha inspiração; ao seus Diretores e apoiadores deste mestrado: Professor Walter Penninck Caetano e Srs. Douglas Rodrigues Caetano e Fabian Rodrigues Caetano; e aos Drs. Manoel Joaquim dos Reis Filho e Armando Marcondes Machado Jr. – eternos Professores e Chefes cuja admiração e respeito por ambos me é ímpar; e ao amigo Erick Cesar Emerick.

Às bibliotecas da Faculdade de Direito, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, de Educação e de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP que tão bem me acolheram por horas e horas a fio; ao Ministério da Educação na figura da Professora Vitória Dione Carvalho Pereira, Coordenadora de Apoio ao Colegiado, cujo apoio nas pesquisas foi imprescindível.

À Júnia Guimarães Botelho e *in memoriam* de sua mãe, a discípula de Mário de Andrade e especialista brasileira em folclore e literatura popular, Ruth Guimarães Botelho, que me acolheram, ensinaram e fortaleceram; e igualmente à Vanessa Vieira Beraldo.

E, por fim, à minha família, em especial ao Alexandre Grampa, companheiro que me apoia de maneira irrestrita dia após dia.

*À minha filha, que nasceu durante a realização deste sonho e
ao meu pai, que de maneira inesperada e dolorosa se foi
pouco antes de sua materialização.*

RESUMO

BEZERRA, Giselle Gomes. **Desenho jurídico-institucional da participação social**: uma análise do Conselho Nacional de Educação. 2017. 260 f. Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 12/07/2017.

Aos olhos do leigo, a participação social costuma ser concebida como positiva. Entretanto esse mecanismo pode funcionar cooptado por grupos de interesse, distorcendo a democracia ou acentuando os seus problemas. A hipótese de a participação atuar como elemento perturbador da democracia será, na presente dissertação, o ponto de partida para a reflexão sobre a importância do desenho jurídico-institucional adotado. É analisada a evolução da democracia, em suas vertentes representativa e participativa, especulando-se sobre possíveis relações entre os mecanismos de funcionamento previstos no desenho jurídico-institucional e alguns “desacertos” da democracia, tal como o clientelismo.

O cerne do trabalho é a participação social e seu desenho jurídico-institucional. A compreensão dos atos que favorecem a participação, condicionantes da efetividade das instâncias participativas, passa pelo desenho jurídico-institucional dessas. Daí nasce a importância de observar e compreender sua forma de institucionalização, relacionando-a com os aspectos próprios da democracia. A participação no Brasil tem uma história que remonta aos anos 1930, época em que existia certa reserva quanto aos mecanismos representativos tradicionais, o que resultou na criação dos Conselhos Nacionais, ainda sem sentido político de participação típico do período que se segue à Constituição de 1988.

Como hipótese aplicada, será examinado Conselho importante, antigo, que passou por profundas alterações desde a sua criação e que provê normas que compõem a Política Nacional Educacional, hoje denominado Conselho Nacional de Educação. O ponto de observação diz respeito ao processo de escolha dos membros nomeados para a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Formalmente, a nomeação é realizada pelo Chefe do Poder Executivo Federal e deveria recair entre brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura, cuja indicação é feita em consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação. Mas a dissertação investiga a relação entre o desenho jurídico-institucional e eventuais distorções nesse espaço, a rigor, participativo, pois a composição do Conselho Nacional de Educação, desde o início da década de 90, é duramente criticada por denúncias de favorecimento e clientelismo. O período de análise será do ano de 1996 – ano de criação do CNE – a 2015. Em especial será examinado o processo de escolha e a questão da participação de grupos de interesse – que podem provocar tanto a sub-representação na seleção dos membros ligados à sociedade civil organizada quanto a super-representação destes grupos.

Palavras-chave: Conselho Nacional de Educação. Desenho jurídico-institucional. Participação social. Conselho. Conselheiros. Grupos de interesse. Políticas públicas.

ABSTRACT

BEZERRA, Giselle Gomes. **Legal and institutional framework of social participation:** an analysis of the National Council of Education. 2017. 260 f. Master - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 12/07/2017.

To the eyes of the layman, social participation often is seen as positive. However this mechanism can work co-opted by interest groups, distorting democracy or accentuating their problems. The hypothesis of the participation to act as disturbing element of democracy is, in this dissertation, the starting point for reflection on the importance of the legal and institutional framework adopted. The evolution of democracy is analyzed in its representative and participatory aspects, speculating on possible relation between the operating mechanisms provided for in the legal and institutional framework and some “mistakes” of democracy, such as clientelism.

The core of the work is the social participation and its legal and institutional framework. Understanding the acts that promote participation, conditioning the effectiveness of participatory bodies, through the legal and institutional framework of these. Hence arises the importance of observing and understanding their way of institutionalization, relating it to the very aspects of democracy. Participation in Brazil has a history dating back to the 1930s, time when there was some reservation as to traditional representative mechanisms, which resulted in the creation of the National Councils, still no political participation sense typical of the period following the 1988 Constitution.

As applied hypothesis, will be examined an important Council, ancient, which has undergone profound changes since its inception and provides rules that make up the National Policy Education, now called National Education Council. The observation point concerns the process of choosing the members appointed to the Board of Higher Education of the National Education Council. Formally, the appointment is made by the Head of the Federal Executive Power and should lie between unblemished reputation Brazilians who have rendered outstanding service to education, science and culture, whose referral is made in consultation with civil society organizations related to the acting areas. But the paper investigates the relationship between the legal and institutional framework and possible distortions in this space, strictly speaking, participatory, because the composition of the National Education Council, since the early 90s, is heavily criticized by allegations of favoritism and patronage. The review period is the year 1996 - year of creation of the CNE - to 2015. In particular will examine the selection process and the matter of participation of interest groups - that can cause both the under-representation in the selection of members connected to the organized civil society and the overrepresentation of these groups.

Keywords: National Education Council. Legal and institutional design. Social participation. Council. Counselors. Interest groups. Public policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E PARTICIPATIVA	19
1.1. A democracia participativa como espécie dentre as formas democráticas	27
1.2. Os limites da participação popular no curso do processo decisório.....	30
1.3. Os atores envolvidos no processo participativo: entidades e segmentos da sociedade civil organizada	34
2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA DA PARTICIPAÇÃO.....	42
2.1. Institucionalização e desenho jurídico-institucional	42
2.1.1. A relevância do desenho jurídico-institucional para a efetividade da participação: atos normativos que lhe prestam apoio	49
2.2. O desenho jurídico-institucional e os seus efeitos sobre a participação de grupos de interesse.....	52
2.3. Participação social no direito positivo brasileiro	55
2.3.1. Decreto Federal nº 8.243/2014: novo status conferido aos conselhos de políticas públicas?	60
3. ANÁLISE APLICADA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO: O CASO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	64
3.1. Conselhos Nacionais como forma de participação	67
3.2. Do Conselho Superior do Ensino ao Conselho Nacional de Educação: a evolução da composição.....	77
3.3. A questão da representação das entidades da sociedade civil na composição da Câmara de Educação Superior do CNE	94
3.4. O processo de escolha dos Conselheiros da Câmara de Educação Superior e a participação de grupos de interesse pós-1996	96
4. A FORMA DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CNE: UMA LEITURA CRÍTICA.....	106
4.1. Questões de método para a realização do estudo de caso	106
4.2. Estudo de caso: uma leitura crítica.....	109
CONCLUSÃO.....	132
BIBLIOGRAFIA	135
ANEXO I – QUADRO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO HOJE DENOMINADO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PERÍODO DE 1911 A 1995.....	157

ANEXO II – LINHA DO TEMPO: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO CSE AO CNE	178
ANEXO III – REVISTA DOCUMENTA – QUADRO DE EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO HOJE DENOMINADO CNE: 1988-2005.....	179
ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CNE NO PERÍODO DE 1996 A 2015	250
ANEXO V – CNE – CES (1996-2015): QUADRO ANALÍTICO DE VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CONSELHEIROS NOMEADOS NO PERÍODO DE 1996 A 2015	255

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 - Cubo da democracia.....	50
Figura 2 - Método de Seleção de Participantes	51
Figura 3 - Gráfico - Vínculo institucional entre os membros nomeados para a CES de 1996 a 2015.....	110
Figura 4 - Gráfico - Representação regional dos membros nomeados para a CES de 1996 a 2015	111
Figura 5 - Os dois Conselheiros nomeados mais antigos e ativos da CES de 1988 a 2017	112
Figura 6 - Gráfico - Vínculo institucional entre os dois membros indicados mais antigos e ativos.....	112
Figura 7 - Gráfico - Porcentagem de membros nomeados pós-1995 ao CES, com participação anterior no Conselho	113
Figura 8 - Gráfico - Permanência dos membros nomeados ao CES de 1995 a 2015	114
Figura 9 - Mecanismos de aprimoramento no processo de escolha dos nomeados para a CES	127
Figura 10 - Modelo analítico adotado - Arranjo institucional	130
 Tabela 1 - Papéis do direito	 44
Tabela 2 - Tipos de “novos” institucionalistas: semelhanças e diferenças.....	47
Tabela 3 - Ranking por quantidade de indicações considerando a Portaria nº 136/1998 .	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAVE – Associação Brasileira de Avaliação Educacional

ABE – Academia Brasileira de Educação

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância

ABEDi – Associação Brasileira de Ensino de Direito

ABENGE – Associação Brasileira de Ensino de Engenharia

ABL – Academia Brasileira de Letras

ABRUC – Associação Brasileira de Reitores de Universidades Comunitárias

ABRUEM – Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

AL – Alagoas

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPEC – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais

ANPOF – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

ANUP – Associação Nacional de Universidades Particulares

APMs – Associações de Pais e Mestres

art. – artigo; **arts.** – artigos

AVM Faculdade Integrada – AVM nasceu como um Projeto em 1996, com o objetivo de oferecer Pós-Graduação de qualidade, por baixo custo, ligada à Universidade Cândido Mendes

BA – Bahia

CCDM – Conselho Cearense dos Direitos da Mulher

CE – Ceará

CEB – Câmara de Educação Básica

CEE-SP – Conselho Estadual de Educação de São Paulo

CES – Câmara de Educação Superior

CESGRANRIO – Fundação CESGRANRIO

CF, CF/88 – Constituição Federal

CF/34 – Constituição Federal de 1934

CFE – Conselho Federal de Educação

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNT – Confederação Nacional do Transporte

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação

CRUB – Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras

CSE – Conselho Superior do Ensino

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DF – Distrito Federal

EC – Emenda Constitucional

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Fecomercio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

FGV – Fundação Getulio Vargas

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

Funpar – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná

GO – Goiás

GOVERNO/PE – Governo do Estado de Pernambuco

GOVERNO/SP – Governo do Estado de São Paulo

ICSS – Instituto Cultural de Seguridade Social

IFITEG – Faculdade de Filosofia e Teologia de Goiás

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

MNPEF – Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física

MP – Medida Provisória

MPs – Medidas Provisórias

MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

MT – Mato Grosso

Obs: – Observação

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG's – Organizações não governamentais

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PA – Pará

PE – Pernambuco

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPS – Política Nacional de Participação Social

PR – Paraná

PUC/GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SBF – Sociedade Brasileira de Física

SBP – Sociedade Brasileira de Psicologia

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBQ – Sociedade Brasileira de Química

SC – Santa Catarina

SEB – Sistema Educacional Brasileiro S.A.

SNPS – Sistema Nacional de Participação Social

SP – São Paulo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UCAM – Universidade Cândido Mendes

UCB/DF – Universidade Católica de Brasília

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UF – Unidades da Federação

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, também denominada Universidade do Brasil

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UnB – Universidade de Brasília

UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIBAN – Universidade Bandeirante de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

UNIP – Universidade Paulista

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

UNISO – Universidade de Sorocaba

USF – Universidade São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

A participação social é concebida como boa e até mesmo benéfica, todavia nem todos se dão conta de que esta participação pode funcionar como mecanismo de captura por determinados grupos de interesse, acentuando inclusive os próprios problemas da democracia.

O tema da presente dissertação: “Desenho jurídico-institucional da participação social: uma análise do Conselho Nacional de Educação” nasceu da constatação das dificuldades enfrentadas pela democracia, especialmente em sua vertente participativa, que é frequentemente objeto de tensões.

Não é demais lembrar que debates acalorados acerca da participação social vieram à tona no ano de 2014 com a entrada em vigor do Decreto Federal nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. O Decreto, composto por 22 (vinte e dois) artigos, além de instituir a Política Nacional de Participação Social – PNPS, que tinha por objetivo fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo, pretendia, também, aperfeiçoar a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

Dentre as instâncias participativas delineadas pelo Decreto Federal nº 8.243/2014, chamou atenção uma de longa data na cultura institucional participativa brasileira, a que estabelece os Conselhos de Políticas Públicas (artigo 6º, inciso I), e é por esta trilha que se pretende caminhar.

No caso, analisa-se o Conselho Nacional de Educação, no tocante ao processo de escolha de seus membros nomeados para a sua Câmara de Educação Superior, para testar a hipótese de que a participação pode servir contra a democracia, não a seu favor.

A dissertação é construída basicamente sobre três pilares: a **parte teórica**, o **estudo de caso** e a **parte analítica**, todos regidos sob o cerne da participação social e do desenho jurídico-institucional.

O **Capítulo 1**, marcado pela parte teórica, traz a análise e os fundamentos da democracia, com a apresentação da distinção entre as suas formas representativa e participativa – neste último caso, abordadas as três gerações da teoria democrática participacionista, com

foco na chamada Governança Participativa. Estuda-se, também, no **Capítulo 1**, a coexistência de ambas as vertentes democráticas – representativa e participativa –, bem como os limites da participação no curso do processo decisório e o conceito de sociedade civil organizada. Os dilemas da participação percorrem todo o capítulo.

A participação social reclama por um desenho jurídico-institucional, objeto do **Capítulo 2** e igualmente relacionado à parte teórica. Em tese, a participação é um valor que agrega à democracia, expandindo-a e, para tanto, depende do desenho jurídico-institucional que é a sua disciplina jurídica. Caso o desenho jurídico-institucional não seja adequado, ele desvirtua, corrompe, diminui a própria democracia.

Assim, no **Capítulo 2** aborda-se a institucionalização jurídica da participação e a relevância do desenho jurídico-institucional para a efetividade da participação, acentuada a questão dos atos normativos que lhe prestam apoio e seus efeitos sobre a participação de grupos de interesse. Nesse aspecto encontra-se a discussão dos desenhos jurídico-institucionais como aquilo que materializa a participação, o que dá concretude jurídica para a tipologia da democracia. Aborda-se também a participação social no direito positivo brasileiro.

O campo de verificação escolhido foi um espaço tradicionalmente participativo, sendo este o estudo de caso. No **Capítulo 3** é realizado aprofundamento do desenho dos Conselhos Nacionais, sua base jurídica, competências, estruturas e poder decisório nas políticas públicas e a pertinência de um processo transparente na escolha dos seus membros. Isso para rumar à análise de um Conselho importante, antigo, que provê normas que vinculam a Política Nacional Educacional, o Conselho Nacional de Educação. Em especial será examinado o processo de composição do Conselho, na parcela relativa aos membros nomeados para a Câmara de Educação Superior, no período de 1996 a 2015.

O ano de 1996 serve como marco temporal de seu efetivo funcionamento, pois a criação da Câmara de Educação Superior foi promovida por alterações da Lei Federal nº 9.131/1995 na antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 4.024/1961.

A natureza participativa neste aspecto está na seleção de pessoas da sociedade civil organizada e se essa seleção for distorcida pelo desenho jurídico-institucional, todo o mecanismo estará comprometido.

Uma vez apresentados os mecanismos jurídico-institucionais de funcionamento do Conselho Nacional de Educação – em que há a seleção em sua composição da sociedade civil –, com sua descrição, será realizada análise dos dados apresentados para verificar a hipótese de que a participação pode servir contra a democracia, não a seu favor.

Para tanto, foram consultadas as informações públicas disponíveis na plataforma digital do CNPq ou, quando inexistente, em pesquisa realizada na internet.

A parte analítica está no **Capítulo 4**, no qual são conjugadas a participação, o desenho jurídico-institucional e seu papel no processo de escolha dos membros no Conselho Nacional de Educação. Se o desenho jurídico-institucional do Conselho Nacional de Educação não estiver bem-feito poderá corromper a democracia, pondo-a em risco caso haja interesses especiais.

O cerne da dissertação é analisar a participação, o desenho jurídico-institucional e como eventual omissão pode comprometer a própria participação, utilizando, como modelo de verificação, a forma de escolha dos Conselheiros da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Destaca-se que a forma de escolha de Conselheiros e a questão da participação de grupos de interesse podem provocar tanto a sub-representação na seleção dos membros ligados às sociedades civis organizadas quanto a super-representação destes grupos, alterando, neste caso, aspectos relacionados à política educacional. Ao final é apresentada uma leitura crítica sobre a forma de escolha dos Conselheiros nomeados para a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

O estudo observará se a participação institucionalizada poderá ser menos opaca, passando pelo aprimoramento do desenho jurídico-institucional. A análise do processo de escolha de Conselheiros nomeados para a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação deverá ser concluída de modo a servir de contribuição para repensar o papel do desenho jurídico-institucional no campo participativo.

CONCLUSÃO

A hipótese desta dissertação foi a de testar o quanto o desenho jurídico-institucional pode atuar contra ou a favor da democracia.

Demonstrou-se que a democracia possui muitas variáveis e variações possíveis, vigendo, no que diz respeito à democracia brasileira, os modelos da representação e participação interligados. E neste aspecto a participação não substitui a representação, mas a reconfigura.

Diante da impossibilidade de resposta a todo tipo de democracia – a exemplo da participação de todos na tomada de decisão –, vale empregar esforços para uma mudança pela via institucional, ou, mais precisamente, através do desenho jurídico-institucional.

Nesse sentido enfatizou-se o cubo da democracia de FUNG (2006), modelo alternativo que prima pelo desenho institucional, costurado a partir de arranjos e mecanismos participativos.

Assim, as variações da democracia se assentam sob diferentes desenhos jurídico-institucionais, e, dada luz à democracia participativa, considerou-se mecanismo que lhe é próprio, o dos Conselhos e que contam em sua composição invariavelmente com a participação da sociedade civil.

O Conselho Nacional de Educação, na figura de sua Câmara de Educação Superior, foi a hipótese aplicada e analisada, posto ter natureza estatal com previsão de participação social.

A Câmara de Educação Superior, instituída em 1996 e em funcionamento, estabelece que no processo de escolha de seus membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Federal, devem ser estritamente observados requisitos entre os quais: brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura. A indicação é realizada em consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação.

As regras do jogo para o processo de escolha na analisada composição da CES de 1996 a 2015 demonstram fracos sinais de aperfeiçoamento.

Com a vigência do Decreto Federal nº 1.716/1995, o Ministério da Educação editava, após o processo de indicação dos nomes por parte das entidades habilitadas, portarias com menção por entidade e os nomes por elas indicados. Após sua revogação pelo Decreto Federal nº 3.295/1999 houve supressão desta etapa, que prezava pela publicação do rol de entidades e suas respectivas indicações.

A inexistência de clareza e a opacidade com relação ao processo de escolha é notável. No que diz respeito ao rol de entidades e suas respectivas indicações para a formação da lista tríplice, verificou-se que tal procedimento sofreu golpe, pois hoje nem mesmo há meio de verificação das indicações.

Inexiste, ademais, norma que dê transparência ao processo de nomeação. É ela caracterizada por mera indicação das entidades habilitadas, com prazo para protocolo da lista tríplice e, em seguida, a publicação dos nomes escolhidos pela Presidência da República – conforme dispõe o Decreto Federal nº 3.295/1999.

O próprio Conselho, como visto, já foi extinto por denúncias de clientelismo e favorecimento. Todavia, ainda com a adoção de tal medida, o estudo de caso demonstra a hipótese desta dissertação.

A forma de escolha dos membros nomeados que compõem pelo menos a metade da CES, ligados à sociedade civil, no período analisado é caracterizada por escassa transparência, os dados apresentados revelam a subjetividade no critério de relevância à educação, à ciência e à cultura na trajetória dos nomeados, cuja reincidência é notável.

A importância está no exame do processo de escolha dos membros nomeados e a questão da participação de grupos de interesse – que podem provocar a sub-representação na seleção dos membros ligados à sociedade civil organizada ou a super-representação destes grupos.

Com o estudo de caso mencionado, acredita-se ter demonstrado que há situações nas quais o desenho jurídico-institucional pode patrocinar e reforçar o desvirtuamento da democracia.

O papel do desenho jurídico-institucional em refinar processos de escolha, tal qual o do CES, pode se revelar como medida acertada para não comprometer a democracia e, portanto, viabilizá-la.

A mera existência de previsão legal da participação social não confere por si mesma a sua eficácia plena. Como visto, tal formato participativo, guardadas as devidas proporções, é fórmula antiga dentro do hoje conceituado CNE, com registros desde o ano de 1931. De forma que não há como escapar de ações marcadas por tentativas e erros.

A compreensão dos atos que favorecem a participação, na linha dos condicionantes para a efetividade das instâncias participativas, passa pelo desenho institucional e é tema relevante. Ao que leva a aproximação ou o afastamento da participação de determinados grupos de interesse.

A reincidência de participações de determinados agentes sem a qualificação devida e a falta de transparência no curso das indicações e das nomeações realizadas são traços da opacidade do mecanismo participativo.

No campo da institucionalização da participação, torna-se relevante o desenho jurídico-institucional para a efetividade da participação, precipuamente dos atos normativos que lhe prestam apoio, tais como os editais, portarias, o regimento interno etc. O seu aprimoramento surtiria efeito sobre a participação de grupos de interesse.

A engenharia institucional serve não para extinguir a participação de grupos de interesse, mas, sim, como meio de atenuação do desvio de finalidade para o qual se presta o mecanismo participativo. Destaca-se, desse modo, a vinculação inerente entre as arenas jurídica e institucional, cuja expressão maior está na edição de atos normativos que lhe conferem operacionalidade.

Esta dissertação lançou luzes na variável institucional de quem participa e como adentra nesse mecanismo participativo, pois esta sistemática pode impactar o desempenho democrático próprio, a rigor, dos Conselhos Nacionais – isto quando há a participação da sociedade civil em sua composição.

BIBLIOGRAFIA

- ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. Representando a diversidade? Estado, sociedade e 'relações fecundas' nos conselhos gestores. In *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 21, 2008, p. 99-112.
- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Representação de interesses nos conselhos nacionais de políticas públicas. In SÁ E SILVA, Fabio de; Lopez, Felix Garcia; PIRES, Roberto Rocha C. (orgs.). *Estado, instituições e democracia: democracia*. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia, Livro 9, v. 2, Brasília: Ipea, 2010, p. 259-283.
- ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de; CUNHA, Eleonora. A produção de conhecimento sobre os conselhos de políticas: alguns desafios metodológicos. In GOMES, Ana Maria Rabelo [et al.]. *Metodologia e Participação – módulo III do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais*. 2ª impressão, Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 33-57.
- ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. In *Revista Serviço Social e Sociedade*: São Paulo, nº 109, jan./mar, 2012, p. 68-92.
- ARAÚJO, Cícero. República, participação e democracia. In AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 55-69.
- ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Ivan Lins. Ediouro. Rio de Janeiro, 1988.
- ARRETCHE, Marta. *Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Ed. FGV, 2012.
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. In *JAIP*, v. 35, nº 4, julho de 1969, p. 216-224.
- AZANHA, José Mário Pires. *Educação: temas polêmicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- AVRITZER, Leonardo; WAMPLER, Brian. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In Coelho, Vera S. P.; Nobre, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 210-238.

- _____. Apresentação da obra. In PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; RABASSA DA SILVA, Vini (orgs.). *Controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 7-9.
- _____. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54.
- _____. Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano. In *Carta Capital*, conteúdo disponível no site: <http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992.html>, acessado em 5 de maio de 2014.
- AZEVEDO, Reinaldo. Dilma de Caracas. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jun. 2014. Caderno Poder, p. A16.
- BARBER, Benjamin. R.. *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- BENEVIDES, Maria Vitória. Democracia e Cidadania. In VILLAS-BÔAS, Renata (org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: PÓLIS, 1994.
- BELLO DE SOUZA, Donaldo. Apresentação. In BELLO DE SOUZA, Donaldo. *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 25-28.
- BIASON, Rita de Cássia (orgs.). *Questões contemporâneas de políticas públicas*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola Matteucci; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução Carmem C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. v. 2, 7ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- _____. *O futuro da democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. *História Constitucional do Brasil*. Brasília: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*. 3ª edição, São Paulo: Malheiros, 2008.

- _____. *Teoria Geral do Estado*. 89ª edição, São Paulo: Malheiros, 2012.
- BORBA, Julian; LÜCHMANN, Helena Hahn. A representação política nos conselhos gestores de políticas públicas. *In Revista URBE*, v. 2, 2010, p. 229-246.
- BORDIGNON, Genuíno; PEREIRA, Álvaro de Pádua. *Perfil dos conselhos municipais de educação 2007*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2008.
- BRASIL. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. (Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 - Reforma Leôncio de Carvalho). *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879*. p. 196, vol. 1 pt. II.
- _____. Approva o Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal. (Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 – Reforma Benjamim Constant). *Coleção de Leis do Brasil – 1890*, p. 3.474 vol. fasc. XI.
- _____. Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario. (Decreto nº 3.890 - de 1 de janeiro de 1901 – Reforma Eptácio Pessoa). *Coleção de Leis do Brasil - 1890*, p. 3.474 vol. fasc. XI.
- _____. Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República (Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 6 de abril de 1911, p. 3.983.
- _____. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 19 de março de 1915, p. 2977. Republicação sem alteração no *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 20 de março de 1915, p. 3.028.
- _____. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 7 de abril de 1925, p. 8541. Republicado sem alterações *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 16 de abril de 1925, p. 9.157.
- _____. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 15 de abril de 1931, p. 5799. Republicado *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 4 de junho de 1931, p. 9.210.
- _____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril 1931. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 15 de abril de 1931, p. 5.800. Republicado *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 4 de junho de 1931, p. 9.210.

- _____. Reforma Francisco Campos Exposição de motivos datada de 2 de abril de 1931. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 15 de abril de 1931, p. 5.830.
- _____. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. 1, 1934, p. 1-551.
- _____. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. 4, p. 1-559.
- _____. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. 12, 1934, p. 1-596.
- _____. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil.
- _____. Lei nº 174, de 6 de janeiro de 1936. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 14 de janeiro de 1936, p. 1.042.
- _____. Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil na mesma data. *Diário Oficial da União*, 10 de dezembro 1948.
- _____. Antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Seção 1, 27 de dezembro de 1961. Republicação: *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Seção 1, 28 de dezembro de 1961.
- _____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Seção 1, 29 de novembro de 1968, p. 10369. Republicada com retificações, *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 3 de dezembro de 1968, p. 10.433.
- _____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 12 de agosto de 1971, p. 6377. Republicada com retificações, *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 18 de agosto de 1971, p. 6.592.
- _____. Decreto nº 77.797, de 9 de junho de 1976. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 10 de junho de 1976, p. 8.208.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.
- _____. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, 16 de julho de 1990.
- _____. Decreto nº 99.999, de 11 de janeiro de 1991. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 14 de janeiro de 1991, p. 807/837.

- _____. Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 19 de outubro de 1994, p. 15.799.
- _____. Exposição de motivos da Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994. *Diário do Congresso Nacional*, 23 de novembro de 1994, p. 3.267.
- _____. Medida Provisória nº 711, de 17 de novembro de 1994. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 18 de novembro de 1994, p. 17.367.
- _____. Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 17 de dezembro de 1994, p. 19.887.
- _____. Medida Provisória nº 830, de 13 de janeiro de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 16 de janeiro de 1995, p. 732.
- _____. Exposição de motivos da Medida Provisória nº 830, de 13 de janeiro de 1995. *Diário do Congresso Nacional*, 22 de fevereiro de 1995, p. 1.002.
- _____. Medida Provisória nº 891, de 14 de fevereiro de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 15 de fevereiro de 1995, p. 1.965.
- _____. Exposição de motivos da Medida Provisória nº 938, de 16 de março de 1995. *Diário do Congresso Nacional*, 31 de março de 1995, p. 1.836.
- _____. Medida Provisória nº 938, de 16 de março de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 17 de março de 1995, p. 3.595.
- _____. Medida Provisória nº 967, de 12 de abril de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 13 de abril de 1995, p. 5.294.
- _____. Medida Provisória nº 992, de 11 de maio de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 12 de maio de 1995, p. 6.755.
- _____. Medida Provisória nº 1.018, de 8 de junho de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 9 de junho de 1995, p. 8.387.
- _____. Medida Provisória nº 1.041, de 29 de junho de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 30 de junho de 1995, p. 9.630.
- _____. Medida Provisória nº 1.067, de 28 de julho de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 28 de agosto de 1995, p. 13.131.

- _____. Medida Provisória nº 1.126, de 26 de setembro de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 27 de setembro de 1995, p. 15.040.
- _____. Medida Provisória nº 1.159, de 26 de outubro de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 27 de outubro de 1995, p. 17.014.
- _____. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. *Diário Oficial da União – Edição extra*. Poder Executivo, Seção 1, 25 de novembro de 1995, p. 19.257.
- _____. Decreto nº 1.716, de 24 de novembro de 1995. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 27 de novembro de 1995, Página 19.276.
- _____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, 23 de dezembro de 1996, p. 27.833.
- _____. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 17 de julho de 1997, p. 15.081.
- _____. Portaria nº 2.160, de 20 de novembro de 1997. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 21 de novembro de 1997, p. 27.
- _____. Portaria MEC nº 3, de 7 de janeiro 1998. *Diário Oficial da União*, Seção 2, 9 de janeiro de 1998, p. 11.
- _____. Portaria MEC nº 136, de 13 de fevereiro de 1998. *Diário Oficial da União*, Seção 2, 17 de fevereiro de 1998, p. 10.
- _____. Decreto sem número de 10 de março de 1998. *Diário Oficial da União*, Seção 2, 11 de março de 1998, p. 2.
- _____. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 1 de fevereiro de 1999, p. 1.
- _____. Portaria MEC nº 1.306, de 2 de setembro de 1999. Aprovar as alterações do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 3 de setembro de 1999, p. 12.

- _____. Decreto nº 3.295, de 15 dezembro de 1999 (revogou o Decreto nº 1.716/1995). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 16 de dezembro de 1999, p. 8.
- _____. Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal (Decreto Federal nº 4.176, de 28 de março de 2002). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 01 de abril de 2002, p. 1.
- _____. Lei nº 10.861, de 14 de abril 2004. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 15 de abril de 2004.
- _____. Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares (Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Seção 1, 26 de julho de 2012.
- _____. Portaria MEC nº 323, de 9 de abril de 2014. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 10 de abril de 2014, p. 22.
- _____. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS (Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, 26 de maio de 2014.
- _____. Portaria MEC nº 460, de 26 de maio de 2014. *Diário Oficial da União*, Seção 2, 27 de maio de 2014, p. 11.
- _____. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). *Diário Oficial da União – Edição extra*. Poder Executivo, 26 de junho de 2014.
- _____. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014). *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, 1º agosto de 2014.
- _____. Decreto sem número de 10 de setembro de 2014. *Diário Oficial da União*, Seção 2, 11 de setembro de 2014, p. 1.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia participativa. *In Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2014. Caderno Opinião, p. A5.

- BRITTO, Carlos Ayres. Distinção entre controle social do poder e participação popular. *In Revista trimestral de direito público*, nº 2, São Paulo: Malheiros Editores, 1993, p. 82-88.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. *In* BUCCI. *Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- _____. *Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- _____. Quadro de referência de um Política Pública – Primeiras linhas de uma visão jurídico-institucional. *In* SMANIO, Gianpaolo; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; BRASIL, Patricia Cristina (orgs.). *O Direito na fronteira das políticas públicas*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2015, p. 7-11.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª edição, Coimbra: Livraria Almedina, 2003.
- CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany Porto de; ROMÃO, Wagner de Melo. Apresentação. *In* CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany Porto de; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2014, p. 15-26.
- CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. *In* FERRAREZI, Elisabete; SARAIVA, Enrique (org.). *Políticas públicas*, Brasília: Enap, v. 2, 2006, p. 149-166.
- CARTILHA. Cartilha expedida pelo Governo para difundir tanto os conceitos quanto as diretrizes de participação social estabelecido pela PNPS. *In* Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013, disponível no site: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/CartilhaPNPS1.pdf>
- CARVALHO, Gilberto. Bendita polêmica! *In Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2014. Caderno Opinião, p. A3.
- CELSONO TEIXEIRA, Elenaldo. Sistematização: Efetividade e Eficácia dos Conselhos. *In* CARVALHO, M. C., TEIXEIRA, A.C (orgs.). *Revista Pólis: Conselhos gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Instituto Pólis, 2000, p. 92-96.

- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto, Pólis, v. 47, 2005, p. 23-30.
- CLOVIS DE AZEVEDO, Jose. Prefácio. In BELLO DE SOUZA, Donaldo. *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 13-24.
- COELHO, Vera Schattan P. Conselho de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando?. In Coelho, Vera S. P.; Nobre, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 255-269.
- COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. Secondary associations and democratic governance. In *Politic & Society*, vol. 20, nº 4, 1992.
- COHN, Amélia. A Participação Social e os Conselhos de Políticas Públicas: avanços e dilemas na institucionalização da relação estado-sociedade no Brasil. In CARDOSO JR, José Celso; BERCOVICI, Gilberto (orgs.). *República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo*. v. 10, Brasília: Ipea, 2013, p. 447-464.
- CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Textes choisis présentés et annotés par Marcel Gauchet, France: Gallimard, 2010.
- CORDEIRO, Silvia; CORNWALL, Andrea; DELGADO, Nelson. A luta por participação e controle social em um Conselho Municipal de Saúde. In O. ROMANO, Jorge; ANDRADE, Maristela de Paula; ANTUNES, Marta (orgs.). *Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local*. Coleção Olhar Crítico, São Paulo: Expressão Popular, Action Aid Brasil, 2007, v. 1, p. 199-255.
- CÔRTEZ, Soraya M. Vargas. Foros Participativos y gobernabilidad. Uma sistematización de las contribuciones de la literatura. In LUBAMBO, Catia Wanderly; COELHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcus André (orgs.). *Diseño institucional y participación política: experiencias en el Brasil contemporáneo*. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2006, p. 15-37

- COSTON, Jennifer M. A Model and Typology of Government – NGO Relationships. *In Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 27, nº 3, 1998, p. 358-382.
- COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. Tradução Jean Melville. Martin Claret, 2002.
- COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. *In* MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Fiocruz, Editora Unesp, 2013, p. 181-200.
- CUNHA, Eleonora Schettini M.; PINHEIRO, Marcia Maria Biondi. Conselhos nacionais: condicionantes políticos e efetividade social. *In* AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 142-156.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidade. *In* DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. *Sobre a democracia*. Tradução Betriz Sidou. Brasília: Editora UnB, 2001.
- _____. *A democracia e seus críticos*. Tradução Patrícia de Freitas Ribeiro, revisão da tradução Aníbal Mari. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Abril/Brasiliense, 1984.
- _____. A participação popular e suas conquistas. *In* MICHILES, Carlos *et al.* *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 378-388.
- DIAMOND, Larry. *O espírito da democracia – a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo*. Curitiba: Atuação, 2015.
- DIEGUEZ, Consuelo. Ação entre amigos. Conselho de Educação autoriza abertura de faculdades de parentes e sócios dos conselheiros. *In Veja*, edição 1.698, ano 34, nº 17, São Paulo, 02 de maio de 2001, p. 104-105.
- DOWBOR, Monika; HOUTZAGER, Peter; SERAFIM, Lizandra. *Enfrentando os desafios da participação em espaços participativos*. São Paulo: Cebrap - Institute of Development Studies, 2008.

- DRAIBE, Sonia. *A nova institucionalidade do Sistema Brasileiro de Políticas Sociais: Os Conselhos Nacionais de Políticas Setoriais*. Campinas: Cadernos de Pesquisa nº 35, 1998, p. 1-26.
- DULCI, Luiz. Governabilidade ampliada e participação social no governo Lula. *In Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2003, p. 41-52.
- EDITORIAL. Ações e reações. *In O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06 jun. 2014. Notas & Informações, p. A3.
- EVANS, Mark. *Social participation in holistic perspective: Lessons from Europe*. University of Canberra: Anzsog Institute for Governance, 2012.
- FARHAT, Saïd. *Lobby: o que é: como se faz: ética e transparência na representação junto a governos*. São Paulo: Petrópolis, ABERJE, 2007.
- FARIA, Cláudia Feres. Os determinantes da efetividade democrática da participação social. *In* Avritzer, Leonardo; STARLING, Heloísa; FARIA, Cláudia Feres. *Democracia, República e Participação*. 2ª impressão, 2010, Belo Horizonte: UFMG, p. 71-88.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição, São Paulo: Globo, 2001.
- FERREIRA, Oliveiros S. Um decreto abre o caminho da servidão. *In O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2014. Espaço aberto, p. A2.
- FERREIRA DA SILVA, Andréia. O Conselho Nacional de Educação e a dança das cadeiras: uma análise de sua composição e atuação nos anos de 1990. *In Revista Universidade e Sociedade*. Distrito Federal, Ano XIII, nº 30, junho/2003, p. 171-176.
- _____. O Conselho Nacional de Educação e as políticas de privatização da educação superior no governo de FHC. *In Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás*. Goiás: UFG, 2005, nº 30, p. 75-98.
- FISHKIN, James S. Tradução Vítor Adriano Liebel. *Quando o povo fala: democracia deliberativa e consulta pública*. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

- FUNG, Archon; WRIGHT, Eric Olin. (eds.). *Deepening democracy: institutional innovation in empowered participatory governance*. Londres: Verso, 2003.
- _____. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2004a.
- _____. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In Coelho, Vera S. P.; Nobre, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004b, p. 173-209.
- _____. Varieties of participation in complex governance. In *Public Administration Review*, Special Issue, 2006.
- GAVENTA, J. Deepening the ‘Deepening Democracy’ In *Debate*. Brighton, IDS, Working Papers Series 264, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. Os Conselhos de Educação e a Reforma do Estado. In *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo: Pólis, v. 37, nº 11, 2003, p. 35-40.
- _____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2008a.
- _____. Conselhos municipais de acompanhamento e controle social em Educação: participação, cidadania e descentralização? In BELLO DE SOUZA, Donaldo. *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008b, p. 97-113.
- _____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4ª edição, São Paulo: Cortês, 2011.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila; Pires, Roberto Rocha C. Capacidades Estatais e Democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In GOMIDE, Alexandre de Ávila; Pires, Roberto Rocha C. (ed.) *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014, p. 15-28,
- GUERRA, Isabel. O território como espaço de ação coletiva: paradoxos e possibilidades do “jogo estratégico de atores” no planejamento territorial em Portugal. In *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 341-372.

- HABERMAS, Jürgen. Soberania popular como procedimento. *In Novos Estudos*, CEBRAP, nº 26, 1990.
- HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros - Um encontro com o patrimonialismo brasileiro. *In Piauí*, edição 129, ano 11, São Paulo, junho de 2017, p. 28-37.
- HAYEK, Friedrich A. *The Constitution of Liberty*. United States: University of Chicago Press, 1960.
- HELD, David. *Modelos de Democracia*. Tradução Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.
- HIRST, Paul. *Associative democracy: new forms of economic and social governance*. Boston: MIT Press, 1994.
- IMMERGUT, Ellen M. O núcleo teórico do novo institucionalismo. *In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas*, v. I, Brasília: Escola Nacional de Administração Pública- ENAP, 2006, p. 155-195.
- JACOBI, Pedro Roberto. Participação, cidadania e descentralização: alcance e limites da engenharia institucional. *In BELLO DE SOUZA, Donaldo. Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 115-130.
- KAUFMAN, Arnold. Human nature and Participatory Democracy. *In Carl J. Friederich (ed.). Responsibility: Nomos III*. New York: Liberal Arts Press, 1960.
- KINGDON, John. *Agendas, alternatives, and public policies*. New York: Longman, 1995.
- LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. *In AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 70-89.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. *In Lua Nova*. São Paulo: Cedec, nº 47, 1999, p. 121-135.
- _____. HOUTZAGER, Peter P.; ACHARYA, Arnab. Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo. *In Coelho, Vera S. P.; Nobre, Marcos (orgs.). Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 343-367.

- _____. HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *In Lua Nova*. São Paulo: Cedec, nº 67, nº 67, 2006, p. 49-103.
- _____. Prefácio – Inovações analíticas para entender atores e instituições no Brasil contemporâneo. *In* CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany Porto de; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2014, p. 9-14.
- LIMA, Paula Pompeu Fiuza. Práticas e desafios no exercício da representação política: as dinâmicas da representatividade em conselhos nacionais. *In* CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany Porto de; ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2014, p. 299-347.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. “Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. *In* WEFFORT, Francisco (org.). *Os Clássicos da Política*. 13ª edição, 1º volume. São Paulo: Ática, 2001, p. 243-287.
- _____. Prefácio. *In* DAHL, Roberto A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Clássicos 9, Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005, p. 11-22.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia*. Tradução Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LOCKE, Jonh. *Dois Tratados Sobre o Governo*. Tradução Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LUCE, Maria Beatriz; FARENZENA, Nalú. Conselhos municipais em Educação, descentralização e gestão democrática: discutindo interseções. *In* BELLO DE SOUZA, Donaldo. *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 75-96.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Os sentidos e desafios da participação. *In* *Revista de Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Editoria de Periódicos Científicos, v. 42, jan/abr 2006, p. 19-26.
- _____. A representação no interior das experiências de participação. *In* *Lua Nova*. São Paulo: Cedec, nº 70, 2007, p. 139-170.

- _____. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, nº 85, junho 2014.
- LUKIC, Melina Rocha; TOMAZINI, Carla. As ideias também importam: a abordagem cognitiva de políticas públicas no Brasil. In *LUKIC, Melina Rocha; TOMAZINI, Carla (coord.). As Ideias Também Importam – Abordagem Cognitiva e Políticas Públicas no Brasil*, Curitiba: Juruá, 2013, p. 7-18.
- MACPHERSON, Crawford. *Democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MAGNOLI, Demétrio. Supercorporativismo. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 jun. 2014. Caderno Poder, p. A6.
- MANCUSO, Wagner Pralon; GONÇALVES, Maetê Pedroso; MENCARINI, Fabrizio. Colcha de retalhos: a política de concessão de benefícios tributários ao empresariado no Brasil (1988-2006). In MANCUSO, Wagner Pralon; LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba; IGLESIAS, Wagner (org.). *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias*. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.
- _____. GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. Lobby e Políticas Públicas no Brasil. In *LUKIC, Melina Rocha; TOMAZINI, Carla (coord.). As Ideias Também Importam – Abordagem Cognitiva e Políticas Públicas no Brasil*, Curitiba: Juruá, 2013, p. 21-39.
- _____. MOREIRA, Davi Cordeiro. Benefícios tributários valem a pena? Um estudo de formulação de políticas públicas. In *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, Curitiba: UFPR, 2013, p. 107-121.
- MANIN, Bernard. *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____.; PRZEWORSKI, Adam; STROKES, Susan C. Eleições e representação. In *Lua Nova*. São Paulo: Cedec, nº 67, 2006, p. 105-138.
- MANSBRIDGE, Jane. *Beyond Adversary Democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- MARQUES, Eduardo Cesar. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

- _____. As políticas públicas na ciência política. In MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Fiocruz, Editora Unesp, 2013, p. 23-46.
- MARTINES JUNIOR, Eduardo. As Instituições de Educação Superior e as Autoridades Estatais: Autonomia e Controle. In RANIERI, Nina (coord.). *Direito à Educação – Aspectos Constitucionais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 113-122.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Por um Congresso inexpressivo. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 2014. Caderno Opinião, p. A3.
- MENDONÇA, Patricia M.E.; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando do A. Quadro geral da Arquitetura de Apoio às OSCs: tendências e reflexões. In MENDONÇA, Patricia M.E.; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando do A. *Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013, p. 25-41.
- MESQUITA, Fernão Lara. Acorda, jornalista! In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jun. 2014. Caderno Opinião, p. A5.
- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; CARNEIRO, Ricardo. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 1. p. 135-194.
- MICHILES, Carlos; VIEIRA FILHO, Emmanuel Gonçalves; FERREIRA, Francisco Whitaker; COELHO, João Gilberto Lucas; MOURA, Maria da Glória Veiga; PRADO, Regina de Paula Santos. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MILL, John Stuart. *O Governo Representativo*. Trad. de Manoel Innocência de L. Santos Jr. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia – Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

- MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 107-141.
- NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In Coelho, Vera S. P.; Nobre, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 21-40.
- NUNES, Edson de Oliveira; BARROSO, Helena Maria; e FERNANDES, Ivanildo Ramos. *Do CNE ao CNE: 80 anos de política regulatória*. Texto apresentado no “Fórum sobre os 15 anos do CNE e 100 anos dos Conselhos de Educação do Brasil”, CNE, Brasília, 8 de novembro de 2011.
- O. ROMANO, Jorge; ANDRADE, Maristela de Paula; ANTUNES, Marta. Apresentação – um olhar crítico sobre processos de participação e cidadania. In O. ROMANO, Jorge; ANDRADE, Maristela de Paula; ANTUNES, Marta (orgs.). *Olhar crítico sobre participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local*. Coleção Olhar Crítico, São Paulo: Expressão Popular, Action Aid Brasil, 2007, v. 1, p. 9-13.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (ed.) Tradução Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- PANNUNZIO, Eduardo. O Poder Judiciário e o Direito à Educação. In RANIERI, Nina (coord.). *Direito à Educação – Aspectos Constitucionais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 61-88.
- PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; RABASSA DA SILVA, Vini. Controle social e fortalecimento da democracia participativa – dilemas e perspectivas. In PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; RABASSA DA SILVA, Vini (orgs.). *Controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 223-237.
- PEREIRA, Natália; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho; MARTINS, Simone. Contribuições de estudos brasileiros sobre os Conselhos de Políticas Públicas

- como instância legítima do processo decisório na Administração. In FERREIRA; Marco Aurélio Marques; ABRANTES, Luiz Antônio (orgs.). *Políticas públicas, gestão e sociedade*. Viçosa: Triunfal Gráfica e Editora, 2013, p. 9-36.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Espaços Deliberativos e a Questão da Representação. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, nº 54, São Paulo: ANPOCS, 2004, p. 97-114.
- PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituição e idéias. In *Lua Nova*. São Paulo: Cedec, nº 67, 2006, p. 15-47.
- POMPEU, Gina Vidal Marcílio. Municipalismo, controle social e controle estatal: trabalho coeso para garantir a efetivação do direito à educação. In BELLO DE SOUZA, Donaldo. *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 31-51.
- PRZEWORSKI, Adam. *Money, Politics, and Democracy*. Texto apresentado em seminário do DCP-USP, 2011.
- PUTNAM, Robert D. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RABASSA DA SILVA, Vini. Controle social de políticas públicas – uma reflexão sobre os resultados da pesquisa. In PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; RABASSA DA SILVA, Vini (orgs.). *Controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 179-205.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *Educação Superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2000.
- _____. Os Estados e o Direito à Educação na Constituição de 1988: Comentários Acerca da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In RANIERI, Nina (coord.). *Direito à Educação – Aspectos Constitucionais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 39-59.
- REIS, Fábio Wanderley. Deliberação, interesses e “sociedade civil”. In Coelho, Vera S. P.; Nobre, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 63-92.
- RENATO SOUZA, Paulo. Um exame necessário. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1995. Primeiro Caderno. Tendências/Debates. P. Caderno Opinião, p. 3.

- REZENDE PINTO, José Marcelino de. O potencial de controle social dos conselhos do Fundef e o que se pode esperar dos conselhos do Fundeb. In BELLO DE SOUZA, Donaldo. *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 153-168.
- RIPLEY, Randall. Stages of the policy process. Daniel C. McCool (ed.). In *Public policy theories, models, and concepts: an anthology*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.
- ROMANO, Santi. *O ordenamento jurídico*. Tradução Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- RUCCI, Rudá. Reencontro do Estado com as ruas. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jun. 2014. Caderno Opinião, p. A5.
- SABATIER, Paul. *Theories of the policy process*. Boulder Colo: Westview, collection Theoretical Lenses on Public Policy, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____.; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-78.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada – v. 2 As questões clássicas*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- SCHWARZ, Rodrigo Garcia. *Os Direitos Sociais e a Sindicabilidade Judicial das Políticas Públicas Sociais no Estado Democrático de Direito*. São Paulo: LTr, 2013.
- SHERER-WARREN, Ilse. Das ações coletivas às redes de movimentos sociais. In SHERER-WARREN, Ilse; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela; AVRITZER, Leonardo; ALMEIDA, Debora Cristina de; CUNHA, Eleonora Schettini. *Controle Público e Democracia*. Módulo VI – Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, nº 6. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 9-35.
- SCHOMMER, Paula Chies. Relações Estado-Sociedade no Brasil: Arquitetura Institucional, *Accountability* e Coprodução do Bem Público. In MENDONÇA, Patricia M.E.; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando do A. *Arquitetura Institucional de*

- Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013, p. 181-205.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª edição, São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SEGATTO, Catarina Ianni. O espaço das Organizações da Sociedade Civil de Defesa de Direitos na relação Governo-Sociedade no Brasil. In MENDONÇA, Patricia M.E.; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando do A. *Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013, p. 145-165.
- SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37ª edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2014.
- SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 65-86.
- STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, Jose Juis Bolzan de. *Ciência política e teoria do estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
- TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 47-103.
- _____. TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação*. Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, v. 25, São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2005.
- TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. *Arquitetura da Participação no Brasil: uma leitura das representações em espaços participativos nacionais*. Brasília: IPEA, 2012, (Textos para discussão Ipea, nº 1735), p. 1-44.

- TELLES JÚNIOR, Goffredo. O poder do povo. In CLÈVE, Clèmerson Merlin; BARROSO, Luís Roberto. *Doutrinas Essenciais - Direito Constitucional*. Volume II – Teoria Geral do Estado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 307-338.
- UGARTE, Pedro Salazar. Que participação para qual democracia?. In Coelho, Vera S. P.; Nobre, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 93-106.
- VALLE, Bertha de Borja Reis do. Controle social da educação: aspectos históricos e legais. In BELLO DE SOUZA, Donaldo. *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 53-74.
- VEJA, Revista. Edição 1.700, ano 34, nº 19, São Paulo, 16 de maio de 2001, p. 26.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- VELLOSO, Carlos. Participação sim, mas com base na lei. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2014. Caderno Opinião, p. A3.
- WARREN, Mark E. *Democracy and Associations*. New Jersey, Princeton University Press, 2001.
- _____. What Can Democratic Participation Mean Today?. In *Political Theory*, v. 30, nº 5, outubro de 2002, p. 677-701.
- _____. A second transformation of democracy?. In CAIN, B. E.; DALTON, R. J.; SCARROW, S. E. (orgs.). *Democracy transformed? Expanding political opportunities in advanced industrial democracies*. New York: Oxford University Press, 2006, p. 223-248.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. 3ª edição, Brasília: Universidade de Brasília, v. 1, 1994.
- _____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília: Universidade de Brasília, v. 2, 1999.

WEFFORT, Francisco. Why Democracy?. In STEPAN, Alfred (ed.). *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. New York: Oxford University Press, 1989, p. 327-350.

ANEXO I – QUADRO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO HOJE DENOMINADO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PERÍODO DE 1911 A 1995

Ato normativo	Nome da instituição	Função	Atribuições	Composição	Forma de escolha dos Conselheiros
Decreto nº 8.659/1911	Conselho Superior do Ensino (art. 5º)	Deliberativa, consultiva e fiscal (arts. 5º e 11)	<p>“a) autorizar as despesas extraordinárias, não previstas no orçamento actual;</p> <p>b) tomar conhecimento e julgar em grau de recurso as resoluções das Congregações ou dos directores;</p> <p>c) providenciar acerca dos factos e occurencias levados ao seu conhecimento por intermedio das directorias;</p> <p>d) suspender um ou mais cursos, desde que o exigirem a ordem e a disciplina;</p> <p>e) impôr as penas disciplinares de sua competencia, enumeradas no capitulo desta lei, concernente ao assumpto;</p> <p>f) informar ao Governo sobre a conveniencia da creação, transformação ou suppressão de cadeiras;</p> <p>g) representar ao Governo sobre a conveniencia da demissão do presidente, quando este se mostrar incompativel com o exercicio de suas funcções. Em tal caso, o seu substituto occupará a presidencia do Conselho, até que o Governo resolva o incidente;</p> <p>h) responder a todas as consultas e prestar todas as informações pedidas pelo</p>	<p>Diretores das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, das Faculdades de Direito de São Paulo e Pernambuco, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, do diretor do Colégio Pedro II e de um docente de cada instituição. A Presidência era preenchida por livre nomeação do Presidente da República. (art. 12)</p>	<p>O processo de escolha dos membros natos: Diretores das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, das Faculdades de Direito de São Paulo e Pernambuco, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, do diretor do Colégio Pedro II, era realizada pelas respectivas Congregações, bem como dos docentes indicados para o Conselho (arts. 12 e 18).</p> <p>No caso da Presidência do Conselho, cabia ao Presidente da República a escolha, cujo critério era de ser “pessoa de alto e reconhecido valor moral e scientifico, familiarizada com os problemas do ensino” (art. 15)</p>

			<p>Ministerio do Interior;</p> <p>i) determinar a inspecção sanitaria do docente que lhe pareça estar invalido para o serviço;</p> <p>j) promover a reforma e melhoramentos necessarios ao ensino, submettendo-os á approvação do Governo, desde que exijam augmento de despeza;</p> <p>k) resolver, finalmente, com plena autonomia, todas as questões de interesse para os institutos de ensino, nos casos não previstos pela presente lei.” (art. 13)</p>		
Decreto 11.530/1915	nº Conselho Superior do Ensino	Consultivo e fiscal (art. 28)	<p>“a) indicar os inspectores para os institutos que requererem equiparação aos officiaes;</p> <p>b) exigir novos esclarecimentos desses inspectores e dar parecer sobre o relatório por elles apresentado;</p> <p>c) dar parecer ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores sobre as despesas autorizadas pelas Congregações e não previstas no orçamento actual;</p> <p>d) tomar conhecimento, em gráo de recurso, das resoluções dos directores e das Congregações, salvo quando estas deliberarem pelo voto da maioria absoluta dos membros respectivos e sobre assumpto que se não relacione com o augmento de despesas, nem com os casos previstos pelo art. 70, letra f;</p> <p>e) providenciar acerca das occurrencias e dos factos levados ao seu conhecimento por intermedio dos directores de institutos</p>	<p>Directores dos institutos officiaes subordinados ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores, um professor de cada instituto referido, sendo a Presidência occupada por livre nomeação do Presidente da República. (art. 29)</p>	<p>No processo de escolha dos membros natos: Directores dos institutos officiaes de ensino subordinados aos Ministérios de Justiça e Negócios Interiores, passou a não ser da Congregação a escolha, mas sim do Presidente da República. (art. 113); mantendo-se a nomeação pela Congregação do professor indicado a compor o Conselho (art. 29). Na posição da Presidência, como dito, cabia ao Presidente da República escolher, “dentre os cidadãos de indiscutivel saber e familiarizados com todas as questões do ensino” (art. 29).</p>

			<p>officiaes ou equiparados;</p> <p>f) suspender um ou mais cursos, desde que as Congregações o proponham e a ordem ou a disciplina o exijam;</p> <p>g) propôr ao Governo o fechamento temporario de um instituto por motivos de indisciplina ou de calamidade publica, ou a mudança da respectiva séde, ouvida neste ultimo caso a Congregação, convocada especialmente pelo director;</p> <p>h) informar o Governo sobre a conveniencia da criação, suppressão ou transformação de cadeiras, e approvar a seriação das materias dos cursos proposta pelas Congregações;</p> <p>i) promover a reforma e os melhoramentos necessarios ao ensino;</p> <p>j) decidir o recurso interposto pelos professores contra actos do director;</p> <p>k) examinar o regimento interno de cada instituto e exigir que seja modificado sómente nos pontos em que se achar em desaccôrdo com as disposições legislativas vigentes;</p> <p>l) resolver todas as duvidas que possam ser suscitadas na interpretação e applicação das leis referentes ao ensino.”</p> <p>(art. 30)</p>		
Decreto nº 16.782-A/1925	Extinguiu o Conselho Superior do Ensino e criou o Conselho	Consultivo e fiscal (arts. 22-23)	<p>“Art. 22. Ao Conselho do Ensino secundario e superior compete:</p> <p>a) dar parecer sobre a equiparação de institutos de ensino particulares ou dos Estados aos officiaes;</p>	Composto por três sessões: o Conselho do Ensino Secundário e Superior, o Conselho do Ensino Artístico e o Conselho do	A escolha dos directores das instituições de ensino secundário e superior permaneceu a critério do Presidente da República (art. 198) A Presidência do Conselho era

	Nacional do Ensino (art. 12)	<p>b) examinar os relatorios dos fiscaes de ensino secundario ou superior, exigir-lhes esclarecimentos e dar parecer sobre os mesmos relatorios;</p> <p>c) dar parecer sobre os recursos que sejam interpostos das resoluções dos directores e das congregações dos estabelecimentos de ensino superior e secundario officiaes ou equiparados, quando lhe sejam remetidos pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores;</p> <p>d) propôr a suspensão de um ou mais cursos, desde que o exijam a ordem e disciplina do ensino secundario ou superior;</p> <p>e) propôr o fechamento temporario de um insituto de ensino secundario ou superior, official ou equiparado, por motivo de indisciplina ou de calamidade publica;</p> <p>f) propôr a suspensão ou cassação das regalias de equiparação aos institutos de ensino secundario ou superior, quando isso seja exigido pelos interesses do ensino ou pela violação dos regulamentos deste;</p> <p>g) informar sobre a conveniencia da criação, supressão ou transformação de cadeiras e modificação da seriação de materias dos cursos superior ou secundário;</p> <p>h) examinar o regimento interno de cada insituto e propôr a modificação dos pontos que estejam em desaccôrdo com os preceitos legaes vigentes;</p>	<p>Ensino Primário e Profissional (art. 13)</p> <p>“Art. 14. O Conselho do Ensino Secundario e Superior Compôr-se-á:</p> <p>a) dos directores das Faculdades da Universidade do Rio de Janeiro, dos directores das Faculdades de Medicina, de Pharmacia e de Odontologia da Bahia, de Direito, de S. Paulo e dos Recife, do Collegio Pedro II, e de outros estabelecimentos de ensino secundario e superior que venham a ser subordinados ao Departamento Nacional do Ensino.</p> <p>b) de um professor cathedratico ou de um professor privativo de cada um dos referidos institutos, eleitos por um biennio pelas respectivas congregações;</p> <p>c) de um livre docente de cada um dos referidos institutos, designados, por um biennio, pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.</p> <p>Art. 15. O Conselho de Ensino Artistico compôr-seá:</p>	<p>preenchida pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional, sendo livremente escolhido pelo Presidente da República, “entre pessoas de notavel competencia no ensino” (art. 3º, § 1º)</p>
--	------------------------------	--	---	--

			<p>i) propôr as reformas e melhoramentos neccesarios ao ensino e dar parecer sobre duvidas suscitadas na interpretação e applicação das leis ao mesmo relativas;</p> <p>j) organizar o seu regimento interno.</p> <p>Art. 23. Ao Conselho do Ensino Artístico e ao do Ensino Primario e Profissional competem, no que fôr applicavel, as atribuições constantes do artigo antecedente.”</p>	<p>a) dos directores do Instituto Nacional de Musica, da Escola Nacional de Bellas Artes e de outros estabelecimentos congeneres, que venham a ser subordinados ao Departamento Nacional do Ensino;</p> <p>b) de dois professores effectivos de cada um desses institutos, eleitos pelas respectivas congregações, por um bienio;</p> <p>c) de um livre docente de cada um dos mesmos institutos, designado por um bienio pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.</p> <p>Na falta de livres docente serão designada, pela mesma forma, pessoas de reconhecida competencia nas materia sujeitas ao exame do Conselho.</p> <p>Art. 16. O Conselho de Ensino Primario e Profissional comôr-se-á:</p> <p>a) dos directores de Instituto Benjamin Constant e do Instituto de Surdos-Mudos;</p> <p>b) de um professor effectivo de cada um desses Institutos,</p>	
--	--	--	---	---	--

				<p>designado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, por um bienio;</p> <p>c) do director da Escola 15 de Novembro e de um professor designado pela mesma forma;</p> <p>d) de um delegado de cada Estado, on de exista ensino primario subvencionado pela União, desigando pelo respectivo Governo, por um bienio.</p> <p>Paragrapho unico. Mediante accôrdo com o Prefeito do Districto Federal, poderão fazer parte desse Conselho o Director da Intrucção Publica Municipal, um professor da Escola Normal do Districto Federal, eleito por um biennio pela respectiva Congregação, um Inspector escolar e um professor de instrucção primaria, designados pelo Prefeito, por dois annos.</p> <p>Art. 17. Os estabelecimentos de ensino equiparados poder-se-ão fazer representar por um delegado, em cada uma das secções do Conselho Nacional do Ensino.</p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>Paragrapho unico. Esse delegado será escolhido pelo grupo respectivo de estabelecimentos de ensino equiparados, mediante accôrdo ente ellas.</p> <p>Art. 18. Poderão tomar parte, como membros consultivos, sem voto, nos trabalhos de cada uma das secções do Conselho Nacional de Ensino, os directores de estabelecimentos particulares de ensino, que sejam para isso convidados, ou que o requeiram, com annuência da mesma seção do Conselho.”</p>	
Decretos n°s 19.850/1931 e 19.851/1931	Conselho Nacional de Educação	Consultivo (art. 1º do Decreto nº 19.850/1931 e arts. 7º, 9º, parágrafo único, 11, § 1º, 12, parágrafo único, 13, parágrafo único e 111, parágrafo único do	<p>“Art. 5º Constituem atribuições fundamentais do Conselho:</p> <p>I-retirar.</p> <p>a) colaborar com o Ministro na orientação e direção superior de ensino;</p> <p>b) promover e estipular iniciativas em benefício da cultura nacional, e animar atividades privadas, que se proponham a colaborar com o Estado em quaisquer domínios da educação;</p> <p>c) sugerir providencias tendentes a ampliar os recursos financeiros, concedidos pela União, pelos Estados ou pelos municípios à organização e ao</p>	A composição do Conselho Nacional de Educação passou a ser realizado por nomeados pelo Presidente da República, sendo um representante de cada universidade federal ou equiparada; um representante de cada um dos institutos federais de ensino do direito, da medicina e de engenharia, não encorporados a universidades.; um	Composição integralmente realizada pelo Presidente da República (art. 3º)

		Decreto nº 19.851/1931)	desenvolvimento do ensino, em todos os seus ramos; d) estudar e emitir parecer sobre assumptos de ordem administrativa e didática, referentes a qualquer instituto de ensino, que devem ser resolvidos pelo Ministro; e) facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contacto entre os institutos técnicos-científicos e o ambiente social; f) firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior, atendendo, acima de tudo, os interesses da civilização e da cultura do país.”	representante do ensino superior estadual equiparado e um do particular também equiparado; um representante do ensino secundário federal; um do ensino secundário estadual equiparado e um do particular também equiparado.; e três membros escolhidos livremente entre personalidades de alto saber e reconhecida capacidade em assuntos de educação e de ensino, “escolhidos entre nomes eminentes do magistério efetivo ou entre personalidade de reconhecida capacidade e experiência em assumptos pedagógicos” (art. 3º). Como membro nato, o Diretor do Departamento Nacional do Ensino (art. 3º, § 2º) e na Presidência, o Ministro da Educação e Saúde Pública (art. 6º)	
Lei nº 174/1936	Conselho Nacional de Educação	Colaborador do Poder Executivo e consultivo (art. 1º)	“Art. 2º O Conselho Nacional de Educação terá as seguintes atribuições: 1º, elaborar o plano nacional de educação, para ser aprovado pelo Poder Legislativo (Constituição Federal, artigo 152);	“Art. 3º O Conselho Nacional de Educação será constituído de 16 membros, sendo 12 representantes do ensino. em seus diferentes	“§ 1º Os representantes do ensino dividir-se-hão em dous grupos, sendo nove do ensino official, mantido pela União ou pelos Governos dos Estados e do

		<p>2º, propor ao Poder Legislativo quaesquer modificações do plano nacional de educação, decorrido o prazo que for determinado em lei para a sua inalterabilidade (Constituição Federal, art. 150, paragrapho unico);</p> <p>3º, suggerir ao Governo as medidas que julgar necessarias para melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiaes (Constituição Federal, art. 152);</p> <p>4º, emittir parecer sobre a localização dos estabelecimentos mantidos pela União e sobre as consultas que lhe forem feitas pela Camara dos Deputados e pelo Senado Federal, pelo Ministerio da Educação e Saude Publica e pelos Governos dos Estados e do Districto Federal;</p> <p>5º, estimular iniciativas em beneficio da cultura e animar actividades privadas que proponham collaborar com os poderes publicos em qualquer dominio de educação;</p> <p>6º, zelar pela integral observancia da legislação de ensino, representando aos poderes competentes, por intermedio do ministro de Educação e Saude Publica, nos casos de infringencia da Constituição, no plano nacional e demais leis e regulamentos federaes;</p> <p>7º, coordenar a acção dos conselhos estaduaes de educação, obter e colligir informações sobre os systemas educativos</p>	<p>graus e ramos, e. quatro como representantes da cultura livre e popular. todos nomeados pelo Presidente da Republica, com aprovação do Senado Federal, e escolhidos na fôrma prevista na presente lei, dentre pessoas de reconhecida competencia para essas funções e, de preferncia, experimentadas na administração do ensino e conhecedoras das necessidades nacionaes.”</p>	<p>Districto Federal, e tres ensino particular, escolhidos dentre os directores e professores de estabelecimentos particulares reconhecidos oficialmente. Os representantes do ensino official corresponderão ás seguintes categorias:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Ensino primario e normal, comprehendendo a educação physica. 2. Ensino secundario. 3) Ensino agricola e veterinario. 4) Ensino technico-industrial e commercial, 5) Ensino polytechnico. 6) Ensino de sciencias medias. 7) Ensino de sciencias sociaes. 8) Ensino artistico. 9) Ensino de philosophia, sciencias e letras. <p>§ 2º Dentre os representantes das cinco ultimas categorias mencionadas no § 1º, dous, no minimo, deverão ser professores de Universidade e dous, no minimo, deverão ser professores de estabelecimentos isolados.</p> <p>§ 3º Os representantes do ensino particular corresponderão aos tres graus, primario, secundario e superior de ensino, sem qualquer outra distincção.</p> <p>§ 4º Os representantes da cultura</p>
--	--	--	--	--

		<p>e os serviços de educação nos varios Estados, no Districto Federal e nos territorios, verificando especialmente a applicação pelos Estados e Municipios, das quantias exigidas pelo art. 156 da Constituição Federal;</p> <p>8º, deliberar sobre a organização elaborada pelo Ministerio da Educação e Saude Publica, dos systemas educativos, mantidos pela União nos territorios, e bem assim as suggestões e recommendações complementares baseadas nos inqueritos a que haja procedido o mesmo ministerio;</p> <p>9º, organizar o seu regimento interno;</p> <p>10º, promover conferencias sobre problemas de educação nacional, quer de representantes dos conselhos estaduaes de educação, quer de educadores e, em geral, de pessoas de competencia especializada na materia;</p> <p>11, realizar investigações e inqueritos sobre a situação do ensino em qualquer parte do territorio nacional;</p> <p>12, publicar periodicamente, boletinm contendo noticia de seus trabalhos, e informações e, estudos sobre os problemas de educação nacional.</p> <p>Paragrapho unico. Dentro de noventa dias após a decretação do plano nacional de educação e de, suas atterações periodicas, deverá o Ministerio de Educação e Saude Publica apresentar ao Conselho Nacional de Educação a proposta de organização de systemas educativos para os territorios,</p>	<p>livre e popular serão em numero de quatro, assim discriminados:</p> <p>a) um representante das associações de educação;</p> <p>b) um representante da imprensa;</p> <p>c) dous de livre escolha do Presidente da Republica. (art. 3º)</p>
--	--	--	--

			afim de ser enviado o projecto ao Poder Legislativo.”		
Lei nº 4.024/1961	Conselho Federal de Educação	Consultivo e relativamente decisório (arts. 7º e 101)	<p>“Art. 9º Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições conferidas por lei, compete:</p> <p>a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;</p> <p>b) decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos;</p> <p>c) pronunciar-se sobre os relatórios anuais dos institutos referidos nas alíneas anteriores;</p> <p>d) opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após verificação da existência de recursos orçamentários;</p> <p>e) indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio (artigo 35, parágrafo 1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme o disposto no artigo 70;</p> <p>f) VETADO</p> <p>g) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, em quaisquer estabelecimentos de ensino, sempre que julgar conveniente, tendo em vista o fiel cumprimento desta lei;</p>	Dividido em câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes ao ensino primário, médio e superior (art. 8º, § 4º), a composição somava vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República. (art. 8º)	O critério para a escolha dos membros do Conselho Federal de Educação era baseado no notável saber e experiência na área da educação, considerando “a necessidade de nêles serem devidamente representadas as diversas regiões do País, os diversos graus do ensino e o magistério oficial e particular” (art. 8º, § 1º)

			<p>h) elaborar seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República;</p> <p>i) conhecer dos recursos interpostos pelos candidatos ao magistério federal e decidir sobre eles;</p> <p>j) sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino;</p> <p>l) promover e divulgar estudos sobre os sistemas estaduais de ensino;</p> <p>m) adotar ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;</p> <p>n) estimular a assistência social escolar;</p> <p>o) emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação e Cultura;</p> <p>p) manter intercâmbio com os conselhos estaduais de educação;</p> <p>q) analisar anualmente as estatísticas do ensino e os dados complementares.</p> <p>§ 1º Dependem de homologação do Ministro da Educação e Cultura os atos compreendidos nas letras a, b, d, e, f, h e i ;</p> <p>§ 2º A autorização e a fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior caberão aos conselhos estaduais de educação na forma da lei estadual respectiva.”</p>		
Medida	Conselho	Consultivo	“Art. 9º. Ao Conselho Nacional de	Composto por 25 membros	A nomeados pelo Presidente da

			<p>ensino e dados complementares;</p> <p>X - manter intercâmbio com os conselhos estaduais de educação;</p> <p>XI - elaborar seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.</p> <p>§ 1º Os pareceres e proposições do Conselho Nacional de Educação somente terão eficácia após aprovação pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto, que poderá determinar o reexame de qualquer matéria.</p> <p>§ 2º Caberá aos conselhos estaduais de educação, na forma da lei estadual respectiva, emitir parecer sobre a autorização para o funcionamento de cursos em estabelecimentos estaduais e municipais isolados de ensino superior.”</p>		<p>educação básica;</p> <p>d) 2 (dois) conselheiros indicados por entidade nacional que congregue as instituições de educação profissional não-universitária.</p> <p>e) 1 (um) conselheiro indicado por entidade nacional que congregue cientistas e pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento;</p> <p>f) 1 (um) conselheiro indicado por entidade nacional que congregue o setor técnico-administrativo da educação;</p> <p>g) 1 (um) conselheiro indicado por entidade nacional que congregue os estudantes de ensino superior;</p> <p>h) 1 (um) conselheiro indicado por entidade nacional que congregue as instituições de educação especial;”, conforme redação dada ao inciso II do artigo 8º da Lei nº4.024, de 1961. Impossibilitada o exercício àqueles que são titulares “de cargo de direção ou mandato em estabelecimento de ensino privado e membro de entidade mantenedora, nem os titulares de cargos ou funções de direção de instituição pública de ensino” (redação dada ao inciso § 2º do artigo 8º da Lei nº4.024/1961)</p> <p>Como membro nato, o Secretário-</p>
--	--	--	---	--	---

					Executivo do Ministério da Educação e do Desporto (redação dada ao inciso III do artigo 8º da Lei nº4.024, de 1961). Na condição de Presidência do Conselho, aquele escolhido por meio lista tríplice preparada pelo colegiado (redação dada ao § 3º do artigo 8º da Lei nº 4.024/1961).	
Medida Provisória 830/1995 Medida Provisória 891/1995	nº e nº	Conselho Nacional de Educação	Consultivo (redação dada ao art. 7º, parágrafo único e art. 9º da Lei nº 4.024/1961)	“Art. 9º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, compete: I - emitir parecer sobre assuntos da área educacional, quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto; II - propor procedimentos e critérios para o funcionamento de universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, objetivando a contínua melhoria da qualidade do ensino e da sua administração; III - promover sindicâncias e inquéritos administrativos, por meio de comissões especiais, em quaisquer estabelecimentos vinculados ao sistema de ensino da União, de ofício ou por indicação do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, emitindo parecer conclusivo a respeito; IV - subsidiar a elaboração de políticas e programas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino; V - manter intercâmbio com os conselhos	Composto por 24 membros nomeados pelo Presidente da República (redação dada ao art. 8º da Lei nº 4.024/1961)	Os critérios para a escolha do Presidente da República recaia “dentre brasileiros de reputação ilibada que representem diferentes segmentos da sociedade civil” e que fosse levada “em consideração a necessidade de nele estarem representadas as diversas regiões do País e os diferentes graus e modalidades do ensino público e privado, assim como aqueles setores da sociedade interessados no desempenho do sistema educacional” (redação dada ao art. 8º e parágrafo único, da Lei nº 4.024/1961)

			estaduais de educação; VI - elaborar seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.”		
Medida Provisória 938/1995, Medida Provisória 967/1995	nº Conselho Nacional de Educação	Consultiva – normativa e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto (redação dada ao art. 9º da Lei nº 4.024/1961)	“Art. 7º (...) § 2º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas, compete: a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação; b) manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade da educação; c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e nas medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos diferentes níveis e modalidades de ensino; d) elaborar o seu regimento interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.”	Bipartido, composto pelo Conselho Setorial de Educação Básica e o Conselho Setorial de Educação Superior, constituídos por dois membros natos e dez conselheiros escolhidos e nomeados pelo Presidente da República (redação dada ao art. 8º da Lei nº 4.024/1961)	A Presidência do Conselho realizada pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto (redação dada ao art. 7º da Lei nº 4.024/1961) Como membro nato do Conselho Setorial de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental, que o preside, e o Secretário de Educação Média e Tecnológica, já do Conselho Setorial de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior, que o preside, e o Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (redação dada ao arts. 8º, § 1º e § 2º da Lei nº 4.024/1961) A escolha pelo Presidente da República para a nomeação dos demais Conselheiros se daria “dentre os indicados em lista elaborada especialmente para cada Conselho Setorial, mediante consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.”, no caso do

					<p>“Conselho Setorial de Educação Básica, a consulta envolverá necessariamente entidades nacionais que congreguem os docentes, os Secretários de Educação de Estados e os de Municípios.”, enquanto que para o “Conselho Setorial de Educação Superior, a consulta envolverá necessariamente as entidades nacionais que congreguem os Reitores das universidades, os docentes, os estudantes e segmentos representativos da comunidade científica.” (redação dada ao art. 8º, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.024/1961)</p> <p>Ficando assegurado que a indicação feita por entidades e segmentos da sociedade civil se dessem sobre brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura, e que a escolha dos nomes que comporão os Conselhos Setoriais pelo Presidente da República levasse em conta a representação de todas as regiões do País e as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado. (redação dada ao art. 8º, § 6º e § 7º da Lei nº 4.024/1961)</p>
--	--	--	--	--	---

Medida Provisória 992/1995, Medida Provisória 1.018/1995, Medida Provisória 1.041/1995, Medida Provisória 1.067/1995, Medida Provisória 1.126/1995, Medida Provisória 1.159/1995	nº	Conselho Nacional de Educação	Normativa, deliberativa e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (redação dada ao art. 7º da Lei nº 4.024/1961)	“Art. 7º (...) § 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete: a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação; b) manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino; c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades; d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto; e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal; f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino; g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.”	Bipartido, composto pelo Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior, constituídos por dois membros natos e dez conselheiros escolhidos e nomeados pelo Presidente da República (redação dada ao art. 8º da Lei nº 4.024/1961)	A Presidência do Conselho seria realizada por um de seus membros, eleito por seus pares (redação dada ao art. 7º, § 3º, da Lei nº 4.024/1961) Como membro nato da Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental e o Secretário de Educação Média e Tecnológica, já da Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior e o Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (redação dada ao art. 8º, § 1º e § 2º da Lei nº 4.024/1961) A escolha pelo Presidente da República para a nomeação dos demais Conselheiros se daria “dentre os indicados em lista elaborada especialmente para cada Câmara, mediante consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.”, no caso da “Câmara de Educação Básica, a consulta envolverá necessariamente entidades nacionais que congreguem os docentes, os Secretários de Educação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”, enquanto que para a “Câmara de
--	----	-------------------------------	--	---	--	--

					<p>Educação Superior, a consulta envolverá necessariamente as entidades nacionais que congreguem os reitores das universidades, os docentes, os estudantes e segmentos representativos da comunidade científica.” (redação dada ao art. 8º, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.024/1961)</p> <p>Ficando assegurado que a indicação feita por entidades e segmentos da sociedade civil se dessem sobre brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura, e que a escolha dos nomes que comporão as Câmaras, pelo Presidente da República, levasse em conta a representação de todas as regiões do País e as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado. (redação dada ao art. 8º, § 6º e § 7º da Lei nº 4.024/1961)</p> <p>Sendo que a presidência de cada Câmara seria assumida por aquele escolhido por seus pares, vedada a escolha dos membros natos. (redação dada ao art. 8º, § 9º da Lei nº 4.024/1961)</p>
Conversão	da	Conselho	Normativa,	“Art. 7º (...)	Bipartido, composto pela A Presidência do Conselho seria

Medida Provisória nº 1.159/1995, na Lei nº 9.131/1995 que altera dispositivos da Lei nº 4.024/1961	Nacional de Educação	de deliberativa e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (redação dada ao art. 7º da Lei nº 4.024/1961)	§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete: a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação; b) manifestar-se sobre questões que abrangam mais de um nível ou modalidade de ensino; c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades; d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto; e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal; f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino; g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.”	Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior, constituídos por um membro nato e doze conselheiros nomeados pelo Presidente da República (redação dada ao art. 8º da Lei nº 4.024/1961)	realizada por um de seus membros, eleito por seus pares (redação dada ao art. 7º, § 3º, da Lei nº 4.024/1961) Como membro nato da Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental e na Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e do Desporto. (redação dada ao 'caput' do art. 8º da Lei nº 4.024/1961) A escolha pelo Presidente da República para a nomeação dos demais Conselheiros, pelo menos a metade, obrigatoriamente se daria “dentre os indicados em lista elaborada especialmente para cada Câmara, mediante consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.”, no caso da “Câmara de Educação Básica a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os docentes, dirigentes de instituições de ensino e os Secretários de Educação dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal”, enquanto que para a “Câmara de
--	----------------------	--	--	---	--

					<p>Educação Superior, a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os reitores das universidades, diretores de instituições isoladas, os docentes, os estudantes e segmentos representativos da comunidade científica.” (redação dada ao art. 8º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 4.024/1961)</p> <p>Ficando assegurado que a indicação feita por entidades e segmentos da sociedade civil se dessem sobre brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura, e que a escolha dos nomes que comporão as Câmaras, pelo Presidente da República, levasse em conta a representação de todas as regiões do País e as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado. (redação dada ao art. 8º, § 4º e § 5º da Lei nº 4.024/1961)</p> <p>Sendo que a presidência de cada Câmara seria assumida por aquele escolhido por seus pares, vedada a escolha do membro nato. (redação dada ao art. 8º, § 7º da Lei nº 4.024/1961)</p>
--	--	--	--	--	--

ANEXO II – LINHA DO TEMPO: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO CSE AO CNE

ANEXO III – REVISTA DOCUMENTA – QUADRO DE EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO HOJE DENOMINADO CNE: 1988-2005

Janeiro de 1988-Julho de 1988	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Hugo Napoleão
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Jucundino da Silva Furtado	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lafayette de Azevedo Pondé
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lauro Franco Leitão
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves Tajra
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Caio Tácito	Manoel Gonçalves Ferreira Filho
Ernani Bayer	Mauro Costa Rodrigues
Felipe Tiago Gomes	Nilson Paulo
Ib Gatto Falcão	Norbertino Bahiense Filho
Jessé Guimarães	Tarcísio Guido Della Senta
João Faustino Ferreira Neto	Virgínio Cândido Tosta de Souza
João Paulo do Valle Mendes	Walter Ramos da Costa Porto
	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 325, p. 1-346, janeiro de 1988, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 326, p. 1-235, fevereiro de 1988, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 327, p. 1-230, março de 1988, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 328, p. 1-208, abril de 1988, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 329, p. 1-250, maio de 1988, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 330, p. 1-260, junho de 1988, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 331, p. 1-378, julho de 1988, contracapa.

Agosto de 1988	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Hugo Napoleão
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Jucundino da Silva Furtado	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lauro Franco Leitão
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lêda Maria Chaves Tajra
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Manoel Gonçalves Ferreira Filho
Caio Tácito	Mauro Costa Rodrigues
Ernani Bayer	Nilson Paulo
Felipe Tiago Gomes	Norbertino Bahiense Filho
Ib Gatto Falcão	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jessé Guimarães	Walter Ramos da Costa Porto
João Faustino Ferreira Neto	Yugo Okida
João Paulo do Valle Mendes	Zilma Gomes Parente de Barros
Lafayette de Azevedo Pondé	

In Documenta. Brasília. nº 332, p. 1-239, agosto de 1988, contracapa.

Setembro de 1988	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Hugo Napoleão
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente

Afrânio dos Santos Coutinho	Lafayette de Azevedo Pondé
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lauro Franco Leitão
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves Tajra
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Caio Tácito	Manoel Gonçalves Ferreira Filho
Ernani Bayer	Nilson Paulo
Felipe Tiago Gomes	Norbertino Bahiense Filho
Ib Gatto Falcão	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jessé Guimarães	Walter Ramos da Costa Porto
João Faustino Ferreira Neto	Yugo Okida
João Paulo do Valle Mendes	Zilma Gomes Parente de Barros
Josaphat Ramos Marinho	

In Documenta. Brasília. nº 333, p. 1-260, setembro de 1988, contracapa.

Outubro de 1988	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Hugo Napoleão
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lafayette de Azevedo Pondé
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lauro Franco Leitão
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves Tajra
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Caio Tácito	Norbertino Bahiense Filho
Ernani Bayer	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Felipe Tiago Gomes	Walter Ramos da Costa Porto
Ib Gatto Falcão	Yugo Okida
Jessé Guimarães	Zilma Gomes Parente de Barros
João Faustino Ferreira Neto	

João Paulo do Valle Mendes	
Josaphat Ramos Marinho	

In Documenta. Brasília. nº 334, p. 1-317, outubro de 1988, contracapa.

Novembro de 1988	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Hugo Napoleão
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	João Paulo do Valle Mendes
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Josaphat Ramos Marinho
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lafayette de Azevedo Pondé
Arnaldo Niskier	Lauro Franco Leitão
Caio Tácito	Lêda Maria Sousa Chaves
Ernani Bayer	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Felipe Tiago Gomes	Norbertino Bahiense Filho
Ib Gatto Falcão	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jacks Grinberg	Walter Ramos da Costa Porto
Jessé Guimarães	Yugo Okida
João Faustino Ferreira Neto	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 335, p. 1-414, novembro de 1988, contracapa.

Dezembro de 1988	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Hugo Napoleão

Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	João Paulo do Valle Mendes
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Josaphat Ramos Marinho
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lafayette de Azevedo Pondé
Arnaldo Niskier	Lêda Maria Chaves
Caio Tácito	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Ernani Bayer	Norbertino Bahiense Filho
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Ib Gatto Falcão	Walter Ramos da Costa Porto
Jacks Grinberg	Yugo Okida
Jessé Guimarães	Zilma Gomes Parente de Barros
João Faustino Ferreira Neto	

In Documenta. Brasília. nº 336, p. 1-447, dezembro de 1988, contracapa.

Janeiro de 1989	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Carlos Sant'Anna
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	João Paulo do Valle Mendes
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Josaphat Ramos Marinho
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lafayette de Azevedo Pondé
Arnaldo Niskier	Lauro Franco Leitão
Caio Tácito	Lêda Maria Chaves Tajra

Ernani Bayer	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Felipe Tiago Gomes	Norbertino Bahiense Filho
Ib Gatto Falcão	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jacks Grinberg	Walter Ramos da Costa Porto
Jessé Guimarães	Yugo Okida
João Faustino Ferreira Neto	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 337, p. 1-357, janeiro de 1989, contracapa.

Fevereiro de 1989	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Carlos Sant'Anna
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Josaphat Ramos Marinho
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lafayette de Azevedo Pondé
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lauro Franco Leitão
Arnaldo Niskier	Lêda Maria Chaves
Caio Tácito	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Ernani Bayer	Norbertino Bahiense Filho
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jacks Grinberg	Walter Ramos da Costa Porto
Jessé Guimarães	Yugo Okida
João Faustino Ferreira Neto	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 338, p. 1-301, fevereiro de 1989, contracapa.

Março-Maio de 1989

Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Carlos Sant'Anna
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Josaphat Ramos Marinho
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lafayette de Azevedo Pondé
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Caio Tácito	Norbertino Bahiense Filho
Ernani Bayer	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Ib Gatto Falcão	Walter Ramos da Costa Porto
Jacks Grinberg	Yugo Okida
Jessé Guimarães	Zilma Gomes Parente de Barros
João Faustino Ferreira Neto	

In Documenta. Brasília. nº 339, p. 1-165, março de 1989, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 340, p. 1-235, abril de 1989, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 341, p. 1-270, maio de 1989, contracapa.

Junho de 1989 a Janeiro de 1990	
Presidente da República	José Sarney
Ministro da Educação	Carlos Sant'Anna
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente

Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lafayette de Azevedo Pondé
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lauro Franco Leitão
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Caio Tácito	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Ernani Bayer	Norbertino Bahiense Filho
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Ib Gatto Falcão	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jacks Grinberg	Walter Ramos da Costa Porto
Jessé Guimarães	Yugo Okida
João Faustino Ferreira Neto	Zilma Gomes Parente de Barros
Josaphat Ramos Marinho	

In Documenta. Brasília. nº 342, p. 1-246, junho de 1989, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 343, p. 1-225, julho de 1989, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 344, p. 1-239, agosto de 1989, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 345, p. 1-244, setembro de 1989, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 346, p. 1-285, outubro de 1989, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 347, p. 1-341, novembro de 1989, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 348, p. 1-431, dezembro de 1989, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 349, p. 1-350, janeiro de 1990, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 350, p. 1-269, fevereiro de 1990, contracapa.

Março de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lauro Franco Leitão

Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lêda Maria Chaves
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Caio Tácito	Norbertino Bahiense Filho
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Ib Gatto Falcão	Walter Ramos da Costa Porto
Jacks Grinberg	Yugo Okida
Jessé Guimarães	Zilma Gomes Parente de Barros
João Faustino Ferreira Neto	

In Documenta. Brasília. nº 351, p. 1-233, março de 1990, contracapa.

Abril de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lêda Maria Chaves
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Arnaldo Niskier	Raulino Tramontin
Cícero Adolpho da Silva	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Genaro de Oliveira	Walter Ramos da Costa Porto
Ib Gatto Falcão	Yugo Okida
Jessé Guimarães	Zilma Gomes Parente de Barros
Lauro Franco Leitão	

Maio de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lauro Franco Leitão
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lêda Maria Chaves
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Caio Tácito	Norbertino Bahiense Filho
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Genaro de Oliveira	Walter Ramos da Costa Porto
Ib Gatto Falcão	Yugo Okida
Jacks Grinberg	Zilma Gomes Parente de Barros
Jessé Guimarães	

Junho de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli

Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lauro Franco Leitão
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lêda Maria Chaves
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Genaro de Oliveira	Walter Ramos da Costa Porto
Ib Gatto Falcão	Yugo Okida
Jacks Grinberg	Zilma Gomes Parente de Barros
Jessé Guimarães	

In Documenta. Brasília. nº 354, p. 1-146, junho de 1990, contracapa.

Julho de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lauro Franco Leitão
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lêda Maria Chaves
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Caio Tácito	Norbertino Bahiense Filho
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin

Ernani Bayer	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Genaro de Oliveira	Walter Ramos da Costa Porto
Ib Gatto Falcão	Yugo Okida
Jacks Grinberg	Zilma Gomes Parente de Barros
Jessé Guimarães	

In Documenta. Brasília. nº 355, p. 1-124, julho de 1990, contracapa.

Agosto de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lauro Franco Leitão
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lêda Maria Chaves
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Genaro de Oliveira	Walter Ramos da Costa Porto
Ib Gatto Falcão	Yugo Okida
Jacks Grinberg	Zilma Gomes Parente de Barros
Jessé Guimarães	

In Documenta. Brasília. nº 356, p. 1-224, agosto de 1990, contracapa.

Setembro de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lêda Maria Chaves
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Ib Gatto Falcão	Walter Ramos da Costa Porto
Jessé Guimarães	Yugo Okida
Lauro Franco Leitão	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 357, p. 1-234, setembro de 1990, contracapa.

Outubro de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lêda Maria Chaves
Anna Bernardes da Silveira Rocha	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal

Arnaldo Niskier	Raulino Tramontin
Cícero Adolpho da Silva	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Genaro de Oliveira	Walter Ramos da Costa Porto
Ib Gatto Falcão	Yugo Okida
Jessé Guimarães	Zilma Gomes Parente de Barros
Lauro Franco Leitão	

In Documenta. Brasília. nº 358, p. 1-284, outubro de 1990, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 359, p. 1-227, novembro de 1990, contracapa.

Dezembro de 1990	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Fernando Affonso Gay da Fonseca	Presidente
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lêda Maria Chaves
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Arnaldo Niskier	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro José de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Ib Gatto Falcão	Walter Ramos da Costa Porto
Jessé Guimarães	Yugo Okida
Lauro Franco Leitão	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 360, p. 1-255, dezembro de 1990, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 361, p. 1-294, janeiro de 1991, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 362, p. 1-240, fevereiro de 1991, contracapa.

Março de 1991	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ib Gatto Falcão	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Margarida Maria do Rêgo Barros
Arnaldo Niskier	Pires Leal
Cícero Adolpho da Silva	Raulino Tramontin
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro José de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jessé Guimarães	Walter da Costa Porto
Lauro Franco Leitão	Yugo Okida
Lêda Maria Chaves	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 363, p. 1-121, março de 1991, contracapa.

Abril de 1991	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	

Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ib Gatto Falcão	Vice-Presidente
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Cássio Mesquita Barros	Margarida Maria do Rêgo Barros
Cícero Adolpho da Silva	Barros Pires Leal
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Silvino Joaquim Lopes Neto
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro José de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jessé Guimarães	Walter Costa Porto
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	Zilma Gomes Parente de Barros
Lauro Franco Leitão	

In Documenta. Brasília. nº 364, p. 1-116, abril de 1991, contracapa.

Maio de 1991	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ib Gatto Falcão	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Margarida Maria do Rêgo Barros Leal
Arnaldo Niskier	Raulino Tramontin
Cícero Adolpho da Silva	Sydnei Lima Santos
Felipe Tiago Gomes	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Genaro José de Oliveira	Walter Ramos da Costa Porto
Jessé Guimarães	Yugo Okida

Lauro Franco Leitão	Zilma Gomes Parente de Barros
Lêda Maria Chaves	

In Documenta. Brasília. nº 365, p. 1-150, maio de 1991, contracapa.

Junho de 1991	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Ib Gatto Falcão	Presidente em exercício
Ib Gatto Falcão	Vice-Presidente
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Cássio Mesquita Barros	Margarida Maria do Rêgo
Cícero Adolpho da Silva	Barros Pires Leal
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Silvino Joaquim Lopes Neto
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro José de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jessé Guimarães	Walter Costa Porto
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	Zilma Gomes Parente de Barros
Lauro Franco Leitão	

In Documenta. Brasília. nº 366, p. 1-186, junho de 1991, contracapa.

Julho de 1991	
Presidente da República	Fernando Collor

Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ib Gatto Falcão	Vice-Presidente
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Cássio Mesquita Barros	Margarida Maria do Rêgo
Cícero Adolpho da Silva	Barros Pires Leal
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Silvino Joaquim Lopes Neto
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro José de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jessé Guimarães	Walter Costa Porto
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	Zilma Gomes Parente de Barros
Lauro Franco Leitão	

In Documenta. Brasília. nº 367, p. 1-148, julho de 1991, contracapa.

Agosto de 1991	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Carlos Chiarelli
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ib Gatto Falcão	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Lauro Franco Leitão
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Cássio Mesquita Barros	Margarida Maria do Rêgo

Cícero Adolpho da Silva	Barros Pires Leal
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Silvino Joaquim Lopes Neto
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro José de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
Jessé Guimarães	Walter Costa Porto
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 368, p. 1-76, agosto de 1991, contracapa.

Setembro de 1991	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	José Goldemberg
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ib Gatto Falcão	Vice-Presidente
Afrânio dos Santos Coutinho	Layrton Borges de Miranda Vieira
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lêda Maria Chaves
Arnaldo Niskier	Lourenço de Almeida Prado (Dom)
Cássio Mesquita Barros	Margarida Maria do Rêgo
Cícero Adolpho da Silva	Barros Pires Leal
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Raulino Tramontin
Ernani Bayer	Silvino Joaquim Lopes Neto
Felipe Tiago Gomes	Sydnei Lima Santos
Genaro José de Oliveira	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Francisco Sanchotene Felice	Walter Costa Porto
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida
Lauro Franco Leitão	Zilma Gomes Parente de Barros

In Documenta. Brasília. nº 369, p. 1-236, setembro de 1991, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 370, p. 1-158, outubro de 1991, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 371, p. 1-245, novembro de 1991, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 372, p. 1-267, dezembro de 1991, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 373, p. 1-230, janeiro de 1992, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 374, p. 1-210, fevereiro de 1992, contracapa.

Março de 1992	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	José Goldemberg
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Zilma Gomes Parente de Barros	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	José Luitgard Moura de Figueiredo
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Lauro Franco Leitão
Arnaldo Niskier	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cássio Mesquita Barros	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Cícero Adolpho da Silva	Margarida Maria do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Barros Pires Leal
Ernani Bayer	Raulino Tramontin
Eunice Durhan	Silvino Joaquim Lopes Neto
Genaro José de Oliveira	Sydnei Lima Santos
Ib Gatto Falcão	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 375, p. 1-282, março de 1992, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 376, p. 1-206, abril de 1992, contracapa.

Maio de 1992

Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	José Goldemberg
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Zilma Gomes Parente de Barros	Vice-Presidente
Abid Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão
Antônio Geraldo Amaral Rosa (Padre)	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cássio Mesquita Barros	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Cícero Adolpho da Silva	Margarida Maria do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Barros Pires Leal
Ernani Bayer	Raulino Tramontin
Eunice Durhan	Silvino Joaquim Lopes Neto
Genaro José de Oliveira	Sydney Lima Santos
Ib Gatto Falcão	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	

In Documenta. Brasília. nº 377, p. 1-330, maio de 1992, contracapa.

Junho de 1992	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	José Goldemberg
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Abid Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira

Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Edson Machado de Sousa	Margarida Maria do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Pires Leal
Eunice Durhan	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydney Lima Santos
Jorge Nagle	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	

In Documenta. Brasília. nº 378, p. 1-181, junho de 1992, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 379, p. 1-230, julho de 1992, contracapa.

Agosto de 1992	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Eraldo Tinoco
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Edson Machado de Sousa	Margarida Maria do Rêgo Barros
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydney Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza

José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida
Lauro Franco Leitão	

In Documenta. Brasília. nº 380, p. 1-120, agosto de 1992, contracapa.

Setembro de 1992	
Presidente da República	Fernando Collor
Ministro da Educação	Eraldo Tinoco
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Cássio Mesquita Barros	Lauro Franco Leitão
Cícero Adolpho da Silva	Layrton Borges de Miranda Vieira
Edson Machado de Sousa	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros
Eunice Durhan	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydnei Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 381, p. 1-218, setembro de 1992, contracapa.

Outubro de 1992	
Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente da República	Itamar Franco

Ministro da Educação	Eraldo Tinoco
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Edson Machado de Sousa	Margarida Maria do Rêgo Barros
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydnei Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida
Lauro Franco Leitão	

In Documenta. Brasília. nº 382, p. 1-80, outubro de 1992, contracapa.

Novembro de 1992	
Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo

Edson Machado de Sousa	Margarida Maria do Rêgo Barros
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydnei Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 383, p. 1-425, novembro de 1992, contracapa.

Dezembro de 1992	
Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Cássio Mesquita Barros	Lauro Franco Leitão
Cícero Adolpho da Silva	Layrton Borges de Miranda Vieira
Edson Machado de Sousa	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros
Eunice Durhan	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydnei Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 384, p. 1-384, dezembro de 1992, contracapa.

Janeiro de 1993	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Edson Machado de Sousa	Margarida Maria do Rêgo Barros
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydney Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida
Lauro Franco Leitão	

In Documenta. Brasília. nº 385, p. 1-285, janeiro de 1993, contracapa.

Fevereiro de 1993	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão

Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Edson Machado de Sousa	Margarida Maria do Rêgo Barros
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydney Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 386, p. 1-204, fevereiro de 1993, contracapa.

Março de 1993	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros
Edson Machado de Sousa	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes
Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydney Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida
Pe. Laércio Dias de Moura	

In Documenta. Brasília. nº 387, p. 1-238, março de 1993, contracapa.

Abril de 1993	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente

Nada publicado

In Documenta. Brasília. nº 388, p. 1-246, abril de 1993, contracapa.

Maio de 1993	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros
Edson Machado de Sousa	Pires Leal
Fábio Prado	Paulo Alcântara Gomes

Genaro José de Oliveira	Raulino Tramontin
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydnei Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Luitgard Moura de Figueiredo	Yugo Okida
Pe. Laércio Dias de Moura	

In Documenta. Brasília. nº 389, p. 1-304, maio de 1993, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 390, p. 1-304, junho de 1993, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 391, p. 1-469, agosto de 1993, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 392, p. 1-350, setembro de 1993, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 393, p. 1-486, outubro de 1993, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 394, p. 1-450, novembro de 1993, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 395, p. 1-626, dezembro de 1993, contracapa.

Janeiro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	Virgínio Cândido Tosta de Souza

José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	
Pe. Laércio Dias de Moura	

In Documenta. Brasília. nº 396, p. 1-356, janeiro de 1994, contracapa.

Fevereiro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	José Luitgard Moura de Figueiredo
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	
José Francisco Sanchotene Felice	

In Documenta. Brasília. nº 397, p. 1-226, fevereiro de 1994, contracapa.

Março de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel

Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	Lauro Campos Leitão
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	
Pe. Laércio Dias de Moura	

In Documenta. Brasília. nº 398, p. 1-384, março de 1994, contracapa.

Abril de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Cássio Mesquita Barros	Pe. Laércio Dias de Moura
Cícero Adolpho da Silva	Lauro Franco Leitão
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Layrton Borges de Miranda Vieira
Edson Machado de Sousa	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo

Fábio Prado	Margarida Maria do Rêgo Barros
Genaro José de Oliveira	Pires Leal
Ib Gatto Falcão	Paulo Alcântara Gomes
Jorge Nagle	Silvino Joaquim Lopes Neto
José Francisco Sanchotene Felice	Sydnei Lima Santos
José Luitgard Moura de Figueiredo	

In Documenta. Brasília. nº 399, p. 1-387, abril de 1994, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 400, p. 1-341, maio de 1994, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 401, p. 1-407, junho de 1994, contracapa.

Julho de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	Lauro Franco Leitão
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	Virgínio Cândido Tosta de Souza
José Francisco Sanchotene Felice	Yugo Okida
José Luitgard Moura de Figueiredo	
Pe. Laércio Dias de Moura	

In Documenta. Brasília. nº 402, p. 1-453, julho de 1994, contracapa.

Agosto de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	José Luitgard Moura de Figueiredo
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	
José Francisco Sanchotene Felice	

In Documenta. Brasília. nº 403, p. 1-167, agosto de 1994, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 404, p. 1-340, setembro de 1994, contracapa.

Outubro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel

Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Cássio Mesquita Barros	Pe. Laércio Dias de Moura
Cícero Adolpho da Silva	Lauro Franco Leitão
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Layrton Borges de Miranda Vieira
Edson Machado de Sousa	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Fábio Prado	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Genaro José de Oliveira	Paulo Alcântara Gomes
Ib Gatto Falcão	Silvino Joaquim Lopes Neto
Jorge Nagle	Sydnei Lima Santos
José Francisco Sanchotene Felice	
José Luitgard Moura de Figueiredo	

In Documenta. Brasília. nº 405, p. 1-164, outubro de 1994, contracapa.

Novembro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
	Presidente
	Vice-Presidente

Sem publicação

“A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, instituiu o Conselho Federal de Educação (CFE), como órgão de caráter normativo e consultivo, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, com vistas à formulação da política educacional do País.

As transformações por que passou o sistema educacional brasileiro no decorrer das últimas três décadas, além da natureza das atribuições conferidas ao Ministério da Educação e do Desporto, consubstanciadas no texto constitucional de 1988, determinaram o impreterível compromisso de uma sólida e profunda revisão das ações de um Conselho que, por razões diversas, foi se distanciando dos princípios que nortearam sua criação.

No intuito de resgatar a natureza desses princípios, e observando a sua compatibilidade com os preceitos constantes do projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, referente à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi editada, em 18 de outubro de 1994, a Medida Provisória 661, que altera dispositivos das Lei 4.024/61 e 5.540/68, especialmente no que se refere ao CFE, ora transformado em Conselho Nacional de Educação.

Importante salientar que a medida garante a continuidade das ações do Conselho, ora exercidas pelo Ministro de Estado, a quem cabe manifestar-se sobre os pareceres emitidos pelo antigo Conselho Federal de Educação até a data da emissão da Medida Provisória 661/94; foi-lhe também concedida permissão para baixar atos que versem sobre matéria de competência do Conselho Nacional de Educação, a partir de estudos promovidos pela Comissão Especial constituída por Decreto de 8 de novembro de 1994.

A Revista DOCUMENTA, em sua edição de novembro, apresenta atos legais sobre a transformação do Conselho Federal em Conselho Nacional de Educação, além dos atos decorrentes de discussões ensejadas pela Comissão Especial, sobretudo no que se refere à formulação da política educacional, à garantia do cumprimento da legislação e ao zelo pela qualidade da educação.”

In Documenta. Brasília. nº 406, p. 23, novembro de 1994, contracapa.

Setembro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	José Luitgard Moura de Figueiredo
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	
José Francisco Sanchotene Felice	

Dezembro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
	Presidente
	Vice-Presidente

Sem publicação

“Comunicação da Direção Geral

Como ainda não se encontra em efetivo funcionamento o Conselho Nacional de Educação, com reuniões plenárias e consequente coletânea de pareceres, a DOCUMENTA conterà tão somente o conjunto de atos oficiais publicados no Diário Oficial da União.” p. 1

In Documenta. Brasília. nº 407, p. 1-77, dezembro de 1994, contracapa.

Janeiro/Fevereiro de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
	Presidente
	Vice-Presidente

Sem publicação

“Comunicação da Direção Geral

Esta Documenta de nº 408 contém a legislação publicada no Diário Oficial da União, correspondente aos meses de janeiro e fevereiro de 1995.”

In Documenta. Brasília. nº 408, p. 1-32, janeiro/fevereiro de 1995, contracapa.

Março de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Décio Leal de Zagottis	Secretário de Educação Superior
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Iara Glória Arelas Prado	Secretária de Educação Fundamental
João Batista Araújo e Oliveira	Secretário Executivo

In Documenta. Brasília. nº 409, p. 1-33, março de 1995, contracapa.

Abril de 1994	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Décio Leal de Zagottis	Secretário de Educação Superior
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Iara Glória Arelas Prado	Secretária de Educação Fundamental
João Batista Araújo e Oliveira	Secretário Executivo

In Documenta. Brasília. nº 410, p. 1-41, abril de 1995, contracapa.

Setembro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	José Luitgard Moura de Figueiredo
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira
Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	
José Francisco Sanchotene Felice	

Setembro de 1994	
Presidente da República	Itamar Franco
Ministro da Educação	Murílio de Avellar Hingel
Conselho Federal de Educação	
Conselheiros	
Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Presidente
Ernani Bayer	Vice-Presidente
Adib Domingos Jatene	José Luitgard Moura de Figueiredo
Cássio Mesquita Barros	Layrton Borges de Miranda Vieira

Cícero Adolpho da Silva	Lêda Maria Chaves Napoleão do Rêgo
Dalva Assumpção Soutto Mayor	Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal
Edson Machado de Sousa	Paulo Alcântara Gomes
Fábio Prado	Raulino Tramontin
Genaro José de Oliveira	Silvino Joaquim Lopes Neto
Ib Gatto Falcão	Sydnei Lima Santos
Jorge Nagle	
José Francisco Sanchotene Felice	

Maio de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Décio Leal de Zagottis	Secretário de Educação Superior
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Iara Glória Arelas Prado	Secretária de Educação Fundamental
João Batista Araújo e Oliveira	Secretário Executivo

In Documenta. Brasília. nº 411, p. 1-61, maio de 1995, contracapa.

Junho de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	

Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Décio Leal de Zagottis	Secretário de Educação Superior
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa	Secretária Executiva
Iara Glória Areias Prado	Secretária de Educação Fundamental

In Documenta. Brasília. nº 412, p. 1-105, junho de 1995, contracapa.

Julho de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Décio Leal de Zagottis	Secretário de Educação Superior
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Iara Glória Areias Prado	Secretária de Educação Fundamental
João Batista Araújo e Oliveira	Secretário Executivo

In Documenta. Brasília. nº 413, p. 1-110, julho de 1995, contracapa.

Agosto de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza

Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Cid Gesteira	Diretor do Departamento de Política de Ensino Superior
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa	Secretária Executiva
Iara Glória Areias Prado	Secretária de Educação Fundamental

In Documenta. Brasília. nº 414, p. 1-69, agosto de 1995, contracapa.

Setembro de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Iara Glória Areias Prado	Secretária de Educação Fundamental
Luciano Oliva Patrício	Secretário Executiva
Vanessa Guimarães Pinto	Secretária da SESU/MEC

In Documenta. Brasília. nº 415, p. 1-154, setembro de 1995, contracapa.

Outubro/Novembro/Dezembro de 1995	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza

Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Luciano Oliva Patrício	Secretário Executiva
Iara Glória Areias Prado	Secretária de Educação Fundamental
Vanessa Guimarães Pinto	Secretária da Ensino Superior

In Documenta. Brasília. nº 416, p. 1-456, outubro/novembro/dezembro de 1995, contracapa.

Janeiro/Fevereiro de 1996	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Conselho Especial – Decreto de 16 de fevereiro de 1995	
Átila Freitas Lira	Secretário de Educação Média e Tecnológica
Edson Machado de Sousa	Chefe de Gabinete do Ministro
Eunice Ribeiro Durham	Secretária de Política Educacional
Luciano Oliva Patrício	Secretário Executiva
Iara Glória Areias Prado	Secretária de Educação Fundamental
Vanessa Guimarães Pinto	Secretária da Ensino Superior/MEC

In Documenta. Brasília. nº 417, p. 1-285, janeiro/fevereiro de 1996, contracapa.

Março de 1996	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Hermengarda Alves Ludke	Vice-Presidente: Jacques Velloso
Almir de Souza Maia	Vanessa Guimarães Pinto
Ana Luiza Machado Pinheiro	Arnaldo Niskler
Edla de Araújo Lira Soares	Carlos Alberto de Oliveira
Elon Lages Lima	Hésio de Albuquerque Cordeiro
Fábio Luiz Marinho Aidar	José Arthur Giannotti
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Iara Silvia Lucas Wortmann	Lauro Ribas Zimmer
João Antônio Cabral de Monlevade	Myriam Krasilchik
Regina Alcântara de Assis	Silke Weber
Ulysses de Oliveira Panisset	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 418, p. 1-72, março de 1996, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 419, p. 1-197, abril/maio/junho/julho de 1996, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 420, p. 1-197, agosto/setembro de 1996, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 421, p. 1-192, outubro de 1996, contracapa.

Novembro de 1996	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior

Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Hermengarda Alves Lüdke	Vice-Presidente: Jacques Velloso
Almir de Souza Maia	Abílio Afonso Baeta Neves
Ana Luiza Machado Pinheiro	Arnaldo Niskler
Edla de Araújo Lira Soares	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Elon Lages Lima	Hésio de Albuquerque Cordeiro
Fábio Luiz Marinho Aida	José Arthur Giannotti
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Iara Silvia Lucas Wortmann	Lauro Ribas Zimmer
João Antônio Cabral de Monlevade	Myriam Krasilchik
Regina Alcântara de Assis	Silke Weber
Ulysses de Oliveira Panisset	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 422, p. 1-206, novembro de 1996, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 423, p. 1-615, dezembro de 1996, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 424, p. 1-586, janeiro de 1997, contracapa.

Fevereiro de 1997	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Hermengarda Alves Lüdke	Vice-Presidente: Jacques Velloso
Almir de Souza Maia	Abílio Afonso Baeta Neves
Ana Luiza Machado Pinheiro	Arnaldo Niskler
Edla de Araújo Lira Soares	Carlos Alberto Serpa de Oliveira

Elon Lages Lima	Hésio de Albuquerque Cordeiro
Fábio Luiz Marinho Aidar	José Arthur Giannotti
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Iara Silvia Lucas Wortmann	Lauro Ribas Zimmer
João Antônio Cabral de Monlevade	Myriam Krasilchik
Regina Alcântara de Assis	Silke Weber
Ulysses de Oliveira Panisset	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 425, p. 1-571, fevereiro de 1997, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 426, p. 1-129, março de 1997, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 427, p. 1-294, abril de 1997, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 428, p. 1-256, maio de 1997, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 429, p. 1-326, junho de 1997, contracapa.

Julho de 1997	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Hermengarda Alves Lüdke	Vice-Presidente: Jacques Velloso
Almir de Souza Maia	Abílio Afonso Baeta Neves
Edla de Araújo Lira Soares	Arnaldo Niskler
Elon Lages Lima	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Fábio Luiz Marinho Aidar	Hésio de Albuquerque Cordeiro
Guiomar Namó Mello	José Arthur Giannotti
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Iara Silvia Lucas Wortmann	Lauro Ribas Zimmer
João Antônio Cabral de Monlevade	Myriam Krasilchik

Regina Alcântara de Assis	Silke Weber
Ulysses de Oliveira Panisset	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 430, p. 1-327, julho de 1997, contracapa.

Agosto de 1997	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Hermengarda Alves Lüdke	Vice-Presidente: Jacques Velloso
Almir de Souza Maia	Abílio Afonso Baeta Neves
Edla de Araújo Lira Soares	Arnaldo Niskler
Elon Lages Lima	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Fábio Luiz Marinho Aidar	Eunice Ribeiro Duhram
Guiomar Namor Mello	Hésio de Albuquerque Cordeiro
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Iara Silvia Lucas Wortmann	Lauro Ribas Zimmer
João Antônio Cabral de Monlevade	Myriam Krasilchik
Regina Alcântara de Assis	Silke Weber
Ulysses de Oliveira Panisset	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 431, p. 1-429, agosto de 1997, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 432, p. 1-212, setembro de 1997, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 433, p. 1-204, outubro de 1997, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 434, p. 1-480, novembro de 1997, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 435, p. 1-569, dezembro de 1997, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 436, p. 1-467, janeiro de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 437, p. 1-412, fevereiro de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 438, p. 1-99, março de 1998, contracapa.

Abril de 1998	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro
Vice-Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Vice-Presidente: Roberto Cláudio F. Bezerra
Antenor Manoel Napoline	Abílio Afonso Baeta Neves
Carlos Roberto Jamil Cury	Arthur Roquete de Macedo
Edla de Araújo Lira Soares	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Fábio Luiz Marinho Aidar	Éfrem de Aguiar Maranhão
Guiomar Namó de Mello	Eunice Ribeiro Duhram
Iara Glória Areias Prado	Jacques Velloso
Iara Silvia Lucas Wortmann	José Carlos Almeida da Silva
João Antônio Cabral de Monlevade	Lauro Ribas Zimmer
Kuno Paulo Rhoden	Silke Weber
Regina Alcântara de Assis	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 439, p. 1-309, abril de 1998, contracapa.

Maio de 1998	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	Presidente: Hésio de Albuquerque Cordeiro
Vice-Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Vice-Presidente: Roberto Cláudio F. Bezerra
Antenor Manoel Napoline	Abílio Afonso Baeta Neves
Carlos Roberto Jamil Cury	Arthur Roquete de Macedo
Edla de Araújo Lira Soares	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Fábio Luiz Marinho Aidar	Éfrem de Aguiar Maranhão
Guiomar Namó de Mello	Eunice Ribeiro Duhram
Iara Glória Areias Prado	Jacques Velloso
Iara Silvia Lucas Wortmann	José Carlos Almeida da Silva
João Antônio Cabral de Monlevade	Lauro Ribas Zimmer
Kuno Paulo Rhoden	Silke Weber
Regina Alcântara de Assis	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 440, p. 1-429, maio de 1998, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 441, p. 1-440, junho de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 442, p. 1-442, julho de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 443, p. 1-345, agosto de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 444, p. 1-720, setembro de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 445, p. 1-329, outubro de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 446, p. 1-285, novembro de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 447, p. 1-792, dezembro de 1998, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 448, p. 1-657, janeiro de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 449, p. 1-385, fevereiro de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 450, p. 1-277, março de 1999, contracapa.

Abril de 1999

Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	Presidente: Roberto Cláudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Abílio Afonso Baeta Neves
Carlos Roberto Jamil Cury	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Edla de Araújo Lira Soares	Éfrem de Aguiar Maranhão
Fábio Luiz Marinho Aidar	Eunice Ribeiro Duhram
Guiomar Namó de Mello	Hésio de Albuquerque Cordeiro
Iara Glória Areias Prado	Jacques Velloso
Iara Silvia Lucas Wortmann	José Carlos Almeida da Silva
João Antônio Cabral de Monlevade	Lauro Ribas Zimmer
Kuno Paulo Rhoden	Silke Weber
Regina Alcântara de Assis	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 451, p. 1-361, abril de 1999, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 452, p. 1-545, maio de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 453, p. 1-333, junho de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 454, p. 1-445, julho de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 455, p. 1-216, agosto de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 456, p. 1-333, setembro de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 457, p. 1-366, outubro de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 458, p. 1-563, novembro de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 459, p. 1-485, dezembro de 1999, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 460, p. 1-389, janeiro de 2000, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 461, p. 1-485, fevereiro de 2000, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 462, p. 1-307, março de 2000, contracapa.

Abril de 2000

Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Cláudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Abílio Afonso Baeta Neves
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Carlos Roberto Jamil Cury	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Eunice Ribeiro Duhram
Guiomar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 463, p. 1-399, abril de 2000, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 464, p. 1-571, maio de 2000, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 465, p. 1-506, junho de 2000, contracapa.

Julho de 2000	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza

Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Cláudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Antônio Macdowell de Figueiredo
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Carlos Roberto Jamil Cury	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Eunice Ribeiro Duhram
Guimar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 466, p. 1-500, julho de 2000, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 467, p. 1-357, agosto de 2000, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 468, p. 1-558, setembro de 2000, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 469, p. 1-468, outubro de 2000, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 470, p. 1-429, novembro de 2000, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 471, p. 1-642, dezembro de 2000, contracapa.

Janeiro de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	

Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Jacques Velloso
Antenor Manoel Napoline	Antônio Macdowell de Figueiredo
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Carlos Roberto Jamil Cury	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Eunice Ribeiro Duhram
Guimar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 472, p. 1-738, janeiro de 2001, contracapa.

Fevereiro de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Claudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Antônio Macdowell de Figueiredo
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Carlos Roberto Jamil Cury	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Eunice Ribeiro Duhram

Guiomar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 473, p. 1-790, fevereiro de 2001, contracapa.

Março de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Claudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Antônio Macdowell de Figueiredo
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Carlos Roberto Jamil Cury	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Eunice Ribeiro Duhram
Guiomar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 474, p. 1-392, março de 2001, contracapa.

Abril de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Vice-Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Vice-Presidente: José Carlos Almeida da Silva
Antenor Manoel Napoline	Antônio Macdowell de Figueiredo
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Edla de Araújo Lira Soares	Éfrem de Aguiar Maranhão
Guiomar Namo de Mello	Eunice Ribeiro Duhram
Iara Glória Areias Prado	Francisco César de Sá Barreto
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Roberto Claudio F. Bezerra
Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 475, p. 1-392, abril de 2001, contracapa.

Mai de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	

Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Vice-Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Vice-Presidente: José Carlos Almeida da Silva
Antenor Manoel Napoline	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Ataíde Alves	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Eunice Ribeiro Duhram
Guiomar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto
Iara Glória Areias Prado	Lauro Ribas Zimmer
Kuno Paulo Rhoden	Maria Helena Guimarães de Castro
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Roberto Claudio F. Bezerra
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 476, p. 1-721, maio de 2001, contracapa.

Junho de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Claudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Antônio Macdowell de Figueiredo
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Carlos Roberto Jamil Cury	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Eunice Ribeiro Duhram
Guiomar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto

Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 477, p. 1-680, junho de 2001, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 478, p. 1-777, julho de 2001, contracapa.

Agosto de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Cláudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Antônio Macdowell de Figueiredo
Ataíde Alves	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Carlos Roberto Jamil Cury	Éfrem de Aguiar Maranhão
Edla de Araújo Lira Soares	Teresa Roserly Neubauer da Silva
Guiomar Namó de Mello	Francisco César de Sá Barreto
Iara Glória Areias Prado	José Carlos Almeida da Silva
Kuno Paulo Rhoden	Lauro Ribas Zimmer
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Silke Weber
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 479, p. 1-705, agosto de 2001, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 480, p. 1-297, setembro de 2001, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 481, p. 1-282, outubro de 2001, contracapa.

Novembro de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Claudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Ataíde Alves	Éfrem de Aguiar Maranhão
Carlos Roberto Jamil Cury	Francisco César de Sá Barreto
Edla de Araújo Lira Soares	José Carlos Almeida da Silva
Guiomar Namó de Mello	Lauro Ribas Zimmer
Iara Glória Areias Prado	Maria Helena Guimarães de Castro
Kuno Paulo Rhoden	Silke Weber
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Teresa Roserley Neubauer
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Vilma de Mendonça Figueiredo
	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 482, p. 1-364, novembro de 2001, contracapa.

Dezembro de 2001	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Roberto Claudio F. Bezerra
Vice-Presidente: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	Vice-Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Antenor Manoel Napoline	Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Ataíde Alves	Éfrem de Aguiar Maranhão
Carlos Roberto Jamil Cury	Francisco César de Sá Barreto
Edla de Araújo Lira Soares	Jacques Schwartzman
Guiomar Namó de Mello	José Carlos Almeida da Silva
Iara Glória Areias Prado	Lauro Ribas Zimmer
Kuno Paulo Rhoden	Silke Weber
Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Teresa Roserley Neubauer
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Yugo Okida

In Documenta. Brasília. nº 483, p. 1-526, dezembro de 2001, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 484, p. 1-265, janeiro de 2002, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 485, p. 1-532, fevereiro de 2002, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 486, p. 1-464, março de 2002, contracapa.

Abril de 2002	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Lauro Ribas Zimmer
Arthur Fonseca Filho	Edson de Oliveira Nunes
Ataíde Alves	Éfrem de Aguiar Maranhã
Francisca Novatino Pinto de Angelo	Francisco César de Sá Barreto
Francisco Aparecido Cordão	Jacques Schwartzman
Guiomar Namó de Mello	Marília Ancora-Lopez
Iara Glória Areias Prado	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Kuno Paulo Rhoden	Roberto Claudio F. Bezerra
Neroaldo Pontes de Azevedo	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Raquel Figueiredo Alessandri Texeira	
Sylvia Figueiredo Gouvêa	

In Documenta. Brasília. nº 487, p. 1-627, abril de 2002, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 488, p. 1-327, maio de 2002, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 489, p. 1-327, junho de 2002, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 490, p. 1-361, julho de 2002, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 491, p. 1-270, agosto de 2002, contracapa.

Setembro de 2002	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: Ulysses de Oliveira Panisset	

Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Lauro Ribas Zimmer
Arthur Fonseca Filho	Edson de Oliveira Nunes
Ataíde Alves	Éfrem de Aguiar Maranhã
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Francisco César de Sá Barreto
Francisco Aparecido Cordão	Jacques Schwartzman
Guiomar Namó de Mello	Marília Ancora-Lopez
Iara Glória Areias Prado	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Kuno Paulo Rhoden	Roberto Claudio F. Bezerra
Neroaldo Pontes de Azevedo	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Raquel Figueiredo Alessandri Texeira	
Sylvia Figueiredo Gouvêa	

In Documenta. Brasília. nº 492, p. 1-369, setembro de 2002, contracapa.

Outubro de 2002	
Presidente da República	Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação	Paulo Renato Souza
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Lauro Ribas Zimmer
Arthur Fonseca Filho	Edson de Oliveira Nunes
Ataíde Alves	Éfrem de Aguiar Maranhã
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Francisco César de Sá Barreto
Francisco Aparecido Cordão	Jacques Schwartzman

Guiomar Namó de Mello	Marília Ancora-Lopez
Iara Glória Areias Prado	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Kuno Paulo Rhoden	Roberto Claudio F. Bezerra
Neroaldo Pontes de Azevedo	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Raquel Figueiredo Alessandri Texeira	
Sylvia Figueiredo Gouvêa	

In Documenta. Brasília. nº 493, p. 1-406, outubro de 2002, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 494, p. 1-467, novembro de 2002, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 495, p. 1-902, dezembro de 2002, contracapa.

Janeiro de 2003	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Cristovam Buarque
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Carlos Roberto Jamil Cury	Presidente: Arthur Roquete de Macedo
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Lauro Ribas Zimmer
Arthur Fonseca Filho	Edson de Oliveira Nunes
Ataíde Alves	Éfrem de Aguiar Maranhão
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Carlos Robertos Antunes dos Santos
Francisco Aparecido Cordão	Francisco César de Sá Barreto
Guiomar Namó de Mello	Jacques Schwartzman
Maria José Vieira Feres	Marília Ancora-Lopez
Kuno Paulo Rhoden	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	Roberto Claudio F. Bezerra
Raquel Figueiredo Alessandri Texeira	Teresa Roserley Neubauer da Silva

In Documenta. Brasília. nº 496, p. 1-229, janeiro de 2003, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 497, p. 1-97, fevereiro de 2003, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 498, p. 1-274, março de 2003, contracapa.

Abril de 2003	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Cristovam Buarque
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Ataíde Alves	Carlos Roberto Antunes dos Santos
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Francisco César de Sá Barreto
Guiomar Namo de Mello	Jacques Schwartzman
Maria José Vieira Féres	Lauro Ribas Zimmer
Kuno Paulo Rhoden	Marília Ancora-Lopez
Neroaldo Pontes de Azevedo	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Raquel Figueiredo Alessandri Texeira	Roberto Claudio F. Bezerra
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Teresa Roserley Neubauer da Silva

In Documenta. Brasília. nº 499, p. 1-212, abril de 2003, contracapa.

Maio de 2003	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Cristovam Buarque
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Ataíde Alves	Carlos Roberto Antunes dos Santos
Carlos Roberto Jamil Cury	Francisco César de Sá Barreto
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Jacques Schwartzman
Guiomar Namó de Mello	Lauro Ribas Zimmer
Maria José Vieira Féres	Marília Ancora-Lopez
Kuno Paulo Rhoden	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	Roberto Claudio F. Bezerra
Raquel Figueiredo Alessandri Texeira	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Sylvia Figueiredo Gouvêa	

In Documenta. Brasília. nº 500, p. 1-409, maio de 2003, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 501, p. 1-295, junho de 2003, contracapa.

Julho de 2003	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Cristovam Buarque

Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Ataíde Alves	Carlos Roberto Antunes dos Santos
Carlos Roberto Jamil Cury	Francisco César de Sá Barreto
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Jacques Schwartzman
Guiomar Namó de Mello	Lauro Ribas Zimmer
Maria José Vieira Féres	Marília Ancora-Lopez
Kuno Paulo Rhoden	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	Roberto Claudio F. Bezerra
Raquel Figueiredo Alessandri Texeira	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Sylvia Figueiredo Gouvêa	
Pe. Paulo Balduino de Sousa Décio	

In Documenta. Brasília. nº 502, p. 1-327, julho de 2003, contracapa.

Agosto de 2003	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Cristovam Buarque
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Ataíde Alves	Carlos Roberto Antunes dos Santos

Carlos Roberto Jamil Cury	Francisco César de Sá Barreto
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Jacques Schwartzman
Guiomar Namó de Mello	Lauro Ribas Zimmer
Maria José Vieira Féres	Marília Ancora-Lopez
Kuno Paulo Rhoden	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	Roberto Claudio F. Bezerra
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Pe. Paulo Balduino de Sousa Décio	

In Documenta. Brasília. nº 503, p. 1-264, agosto de 2003, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 504, p. 1-263, setembro de 2003, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 505, p. 1-323, outubro de 2003, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 506, p. 1-615, novembro de 2003, contracapa.

In Documenta. Brasília. nº 507, p. 1-683, dezembro de 2003, contracapa.

Janeiro de 2004	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Tarso Genro
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Ataíde Alves	Carlos Roberto Antunes dos Santos
Carlos Roberto Jamil Cury	Francisco César de Sá Barreto
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Jacques Schwartzman
Guiomar Namó de Mello	Lauro Ribas Zimmer
Maria José Vieira Féres	Marília Ancora-Lopez

Kuno Paulo Rhoden	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	Roberto Claudio F. Bezerra
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Pe. Paulo Balduino de Sousa Décio	

In Documenta. Brasília. nº 508, p. 1-434, janeiro de 2004, contracapa.

Fevereiro de 2004	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Tarso Genro
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Ataíde Alves	Francisco César de Sá Barreto
Carlos Roberto Jamil Cury	Jacques Schwartzman
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Lauro Ribas Zimmer
Francisco das Chagas Fernandes	Marília Ancora-Lopez
Guiomar Namó de Mello	Nelson Maculan Filho
Kuno Paulo Rhoden	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	Roberto Claudio F. Bezerra
Sylvia Figueiredo Gouvêa	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Pe. Paulo Balduino de Sousa Décio	

In Documenta. Brasília. nº 509, p. 1-411, fevereiro de 2004, contracapa.

Março de 2004	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Tarso Genro
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Francisco Aparecido Cordão	Presidente: Éfrem de Aguiar Maranhão
Vice-Presidente: Nelio Marco Vincenzo Bizzo	Vice-Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Ataíde Alves	Francisco César de Sá Barreto
Carlos Roberto Jamil Cury	Jacques Schwartzman
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Lauro Ribas Zimmer
Guiomar Namó de Mello	Marília Ancora-Lopez
Kuno Paulo Rhoden	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Maria José Vieira Feres	Roberto Claudio F. Bezerra
Neroaldo Pontes de Azevedo	Teresa Roserley Neubauer da Silva
Sylvia Figueiredo Gouvêa	
Pe. Paulo Balduino de Sousa Décio	

In Documenta. Brasília. nº 510, p. 1-964, março de 2004, contracapa.

Abril/Maio de 2004	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Tarso Genro
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior

Presidente: Antônio Cesar Russi Calegari	Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Vice-Presidente: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro	Vice-Presidente: Antônio Carlos Caruso Ronca
Adeum Hilário Sauer	Alex Bolonha Fiúza de Mello
Arthur Fonseca Filho	Anaci Bispo Paim
Carlos Nejar	Arthur Roquete de Macedo
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Marília Ancora-Lopez
Francisco Aparecido Cordão	Milton Linhares
Francisco das Chagas Fernandes	Nelson Maculan Filho
Kuno Paulo Rhoden	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone
Maria Beatriz Luce	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Murílio de Avellar Hingel	
Neroaldo Pontes de Azevedo	

In Documenta. Brasília. nº 511, p. 1-629, abril/maio de 2004, contracapa.

Junho de 2004	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Tarso Genro
Presidente: José Carlos Almeida da Silva	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Antônio Cesar Russi Calegari	Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Vice-Presidente: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro	Vice-Presidente: Antônio Carlos Caruso Ronca
Adeum Hilário Sauer	Alex Bolonha Fiúza de Mello
Arthur Fonseca Filho	Anaci Bispo Paim
Carlos Nejar	Arthur Roquete de Macedo
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Marilena de Souza Chauí
Francisco Aparecido Cordão	Marília Ancora-Lopez

Francisco das Chagas Fernandes	Milton Linhares
Kuno Paulo Rhoden	Nelson Maculan Filho
Maria Beatriz Luce	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone
Murílio de Avellar Hingel	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	

In Documenta. Brasília. nº 512, p. 1-406, junho de 2004, contracapa.

Julho de 2004	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Tarso Genro
Presidente: Roberto Claudio Frota Bezerra	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Antônio Cesar Russi Calegari	Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Vice-Presidente: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro	Vice-Presidente: Antônio Carlos Caruso Ronca
Adeum Hilário Sauer	Alex Bolonha Fiúza de Mello
Arthur Fonseca Filho	Anaci Bispo Paim
Carlos Nejar	Arthur Roquete de Macedo
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Marilena de Souza Chauí
Francisco Aparecido Cordão	Marília Ancora-Lopez
Francisco das Chagas Fernandes	Milton Linhares
Pe. Kuno Paulo Rhoden	Nelson Maculan Filho
Maria Beatriz Luce	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone
Murílio de Avellar Hingel	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	

In Documenta. Brasília. nº 513, p. 1-461, julho de 2004, contracapa.

Composição que se repete:

In Documenta. Brasília. nº 514, p. 1-401, agosto de 2004, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 515, p. 1-544, setembro de 2004, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 516, p. 1-606, outubro de 2004, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 517, p. 1-538, novembro de 2004, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 518, p. 1-714, dezembro de 2004, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 519, p. 1-415, janeiro de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 520, p. 1-315, fevereiro de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 521, p. 1-420, março de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 522, p. 1-461, abril de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 523, p. 1-509, maio de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 524, p. 1-557, junho de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 525, p. 1-665, julho de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 526, p. 1-665, agosto de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 527, p. 1-528, setembro de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 528, p. 1-657, outubro de 2005, contracapa.
In Documenta. Brasília. nº 529, p. 1-574, novembro de 2005, contracapa.

Dezembro de 2005	
Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Educação	Tarso Genro
Presidente: Roberto Claudio Frota Bezerra	
Câmara de Educação Básica	Câmara de Educação Superior
Presidente: Antônio Cesar Russi Callegari	Presidente: Edson de Oliveira Nunes
Vice-Presidente: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro	Vice-Presidente: Antônio Carlos Caruso Ronca
Adeum Hilário Sauer	Alex Bolonha Fiúza de Mello
Antonio Ibañez Ruiz	Anaci Bispo Paim
Arthur Fonseca Filho	Arthur Roquete de Macedo
Francisca Novantino Pinto de Ângelo	Marilena de Souza Chauí
Francisco Aparecido Cordão	Marília Ancora-Lopez
Francisco das Chagas Fernandes	Milton Linhares
Pe. Kuno Paulo Rhoden	Nelson Maculan Filho
Maria Beatriz Luce	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone

Murílio de Avellar Hingel	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Neroaldo Pontes de Azevedo	

In Documenta. Brasília. nº 530, p. 1-825, dezembro de 2005, contracapa.

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CNE NO PERÍODO DE 1996 A 2015

Nº	Conselheiro	Mandato	Condição	Cidade	UF	Região	Posse	Início	Fim	Posse	Início	Fim
1	Abílio Afonso Baeta Neves	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	13-nov-96	13-nov-96	17-mai-00			
2	Aldo Vannucchi	Encerrado	Nomeado	Sorocaba	SP	SUDESTE	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10			
3	Alex Bolonha Fiúza de Mello	Encerrado	Nomeado	Belém	PA	NORTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08			
4	Amaro Henrique Pessoa Lins	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	08-mai-12	08-mai-12	07-mar-13			
5	Ana Dayse Rezende Dórea	Encerrado	Nomeado	Maceió	AL	NORDESTE	10-abr-12	10-abr-12	07-jun-14			
6	Anaci Bispo Paim	Encerrado	Nomeado	Salvador	BA	NORDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08			
7	Antônio Carlos Caruso Ronca (1)	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12
8	Antônio de Araújo Freitas Junior	Encerrado	Nomeado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12			
9	Antônio Macdowell de Figueiredo	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	05-jun-00	05-jun-00	08-mai-01			
10	Arnaldo Niskier	Encerrado	Nomeado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98			
11	Arthur Roquete de Macedo (1)	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06
12	Arthur Roquete de Macedo (2)	Em curso	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14	07-out-14	07-out-14	07-out-18
13	Benno Sander	Encerrado	Nomeado	Niterói	RJ	SUDESTE	03-jul-12	03-jul-12	29-abr-14			
14	Carlos Alberto Serpa de Oliveira	Encerrado	Nomeado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02

15	Carlos Roberto Antunes dos Santos	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	28-jan-03	28-jan-03	09-fev-04			
16	Edson de Oliveira Nunes	Encerrado	Nomeado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10
17	Éfrem de Aguiar Maranhão	Encerrado	Nomeado	Recife	PE	NORDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04
18	Erasto Fortes Mendonça	Em curso	Nomeado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16			
19	Eunice Ribeiro Durham	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	02-set-97	02-set-97	26-fev-00	03-abr-00	03-abr-00	08-ago-01
20	Francisco César de Sá Barreto	Encerrado	Nomeado	Belo Horizonte	MG	SUDESTE	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04			
21	Gilberto Gonçalves Garcia	Em curso	Nomeado	Goiânia	GO	CENTRO-OESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14	07-out-14	07-out-14	07-out-18
22	Hélgio Henrique Casses Trindade	Encerrado	Nomeado	Porto Alegre	RS	SUL	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10			
23	Hésio de Albuquerque Cordeiro	Encerrado	Nomeado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00			
24	Jacques Rocha Velloso	Encerrado	Nomeado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00			
25	Jacques Schwartzman	Encerrado	Nomeado	Belo Horizonte	MG	SUDESTE	10-dez-01	10-dez-01	13-mar-04			
26	Jesualdo Pereira Farias	Em curso	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	05-mai-15	05-mai-15				
27	Joaquim José Soares Neto	Em curso	Nomeado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18			
28	José Arthur Giannotti	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	25-ago-97			
29	José Carlos Almeida da Silva	Encerrado	Nomeado	Salvador	BA	NORDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04

30	José Eustáquio Romão	Em curso	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16			
31	Lauro Ribas Zimmer	Encerrado	Nomeado	Florianópolis	SC	SUL	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04
32	Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha	Encerrado	Nomeado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	23-mar-12			
33	Luiz Bevilacqua	Encerrado	Nomeado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	06-jun-06	06-jun-06	25-jul-07			
34	Luiz Cláudio Costa	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	25-jan-11	25-jan-11	07-fev-12			
35	Luiz Fernandes Dourado	Em curso	Nomeado	Goiânia	GO	CENTRO-OESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16			
36	Luiz Roberto Liza Curi	Em curso	Nomeado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16			
37	Manuel Fernando Palácios da Cunha Melo (1)	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE		02-jan-07	13-abr-07			
38	Márcia Ângela da Silva Aguiar	Em curso	Nomeado	Recife	PE	NORDESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18			
39	Maria Beatriz Luce (2)	Encerrado	Nomeado	Porto Alegre	RS	SUL	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12			
40	Maria Helena Guimarães de Castro	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	09-mai-01	09-mai-01	23-abr-02			
41	Maria Paula Dallari Bucci	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	02-dez-08	02-dez-08	14-jan-11			
42	Marilena de Souza Chauí	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	15-jun-04	15-jun-04	15-jun-08			
43	Marília Ancona-Lopez	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10
44	Mario Portugal Pederneiras	Encerrado	Nomeado	Curitiba	PR	SUL	07-ago-07	07-ago-07	06-jun-10			
45	Milton Linhares	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12

46	Myriam Krasilchik	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98			
47	Nelson Maculan Filho	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	18-fev-04	18-fev-04	02-jan-07			
48	Paschoal Laercio Armonia	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14			
49	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (1)	Encerrado	Nomeado	Juiz de Fora	MG	SUDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12
50	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (2)	Em curso	Nomeado	Juiz de Fora	MG	SUDESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18	07-out-14	07-out-14	07-out-18
51	Paulo Speller (1)	Encerrado	Nomeado	Cuiabá	MT	CENTRO-OESTE	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12			
52	Paulo Speller (2)	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	10-abr-13	10-abr-13	31-dez-14			
53	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	Encerrado	Nomeado	São Carlos	SP	SUDESTE	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06			
54	Reynaldo Fernandes	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14			
55	Roberto Cláudio Frota Bezerra	Encerrado	Nomeado	Fortaleza	CE	NORDESTE	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06
56	Ronaldo Mota	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	13-abr-07	13-abr-07	22-out-08			
57	Sérgio Roberto Kieling Franco	Em curso	Nomeado	Porto Alegre	RS	SUL	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16			
58	Silke Weber	Encerrado	Nomeado	Recife	PE	NORDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02
59	Teresa Roserley Neubauer da Silva	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	10-set-01	10-set-01	03-abr-04			
60	Vanessa Guimarães Pinto	Encerrado	Membro nato	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	26-fev-96	26-fev-96	12-nov-96			
61	Vilma de Mendonça Figueiredo	Encerrado	Nomeado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	13-mar-00	13-mar-00	19-nov-01			

62	Yugo Okida (1)	Encerrado	Nomeado	São Paulo	SP	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02
63	Yugo Okida (2)	Em curso	Nomeado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18			

ANEXO V – CNE – CES (1996-2015): QUADRO ANALÍTICO DE VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CONSELHEIROS NOMEADOS NO PERÍODO DE 1996 A 2015

Informações disponibilizadas pelo Governo Federal via Lei Federal nº 12.527/2011, completadas com dados do *Currículo LATTES*, CNPq, dos membros nomeados e a vinculação institucional estabelecida pela LDB, Lei Federal nº 9.394/1996, nos artigos 19 e 20.

Nº	Conselheiro	Mandato	Cidade	UF	Região	Posse	Início	Fim	Posse	Início	Fim	Ligação com instituição de ensino	Vinculação institucional por categoria administrativa (LDB)
1	Aldo Vannucchi	Encerrado	Sorocaba	SP	SUDESTE	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10				UNISO	Privada
2	Alex Bolonha Fiúza de Mello	Encerrado	Belém	PA	NORTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08				UFPA	Pública
3	Ana Dayse Rezende Dórea	Encerrado	Maceió	AL	NORDESTE	10-abr-12	10-abr-12	07-jun-14				UFAL	Pública
4	Anaci Bispo Paim	Encerrado	Salvador	BA	NORDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08				UEFS	Pública
5	Antônio Carlos Caruso Ronca (1)	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12	PUC/SP	Privada confessional
6	Antônio de Araújo Freitas Junior	Encerrado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12				FGV UERJ e	Pública/Privada

7	Arnaldo Niskier	Encerrado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98				Cargos públicos e privados entre os quais: Presidente da ABL, FUNARTE, ICSS, Secretário de Estado da Cultura do RJ e membro de instituto de estudo da Fecomercio *	Pública/Privada
8	Arthur Roquete de Macedo (1)	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06	FMU*	Privada
9	Arthur Roquete de Macedo (2)	Em curso	São Paulo	SP	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14	07-out-14	07-out-14	07-out-18	FMU*	Privada
10	Benno Sander	Encerrado	Niterói	RJ	SUDESTE	03-jul-12	03-jul-12	29-abr-14				OEA e ANPAE	Associação
11	Carlos Alberto Serpa de Oliveira	Encerrado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02	PUC/RJ	Privada confessional

12	Edson de Oliveira Nunes	Encerrado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10	UCAM e AVM Faculdade Integrada	Privada
13	Éfrem de Aguiar Maranhão	Encerrado	Recife	PE	NORDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04	UFPE	Pública
14	Erasto Fortes Mendonça	Em curso	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16				UnB	Pública
15	Eunice Ribeiro Durham	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	02-set-97	02-set-97	26-fev-00	03-abr-00	03-abr-00	08-ago-01	USP	Pública
16	Francisco César de Sá Barreto	Encerrado	Belo Horizonte	MG	SUDESTE	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04				UFMG	Pública
17	Gilberto Gonçalves Garcia	Em curso	Goiânia	GO	CENTRO-OESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14	07-out-14	07-out-14	07-out-18	IFITEG, PUC/GO, USF e UCB/DF	Pública, Privada e Privada confessional
18	Hélgio Henrique Casses Trindade	Encerrado	Porto Alegre	RS	SUL	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10				UFRGS e UNICAMP	Pública
19	Hésio de Albuquerque Cordeiro	Encerrado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00				UERJ, Fundação CESGRAN RIO	Pública/Privada
20	Jacques Rocha Velloso	Encerrado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00				UNB	Pública

21	Jacques Schwartzman	Encerrado	Belo Horizonte	MG	SUDESTE	10-dez-01	10-dez-01	13-mar-04				UFMG	Pública
22	Joaquim José Soares Neto	Em curso	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18				UnB, MNPEF	Pública/Privada (associação privada)
23	José Arthur Giannotti	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	25-ago-97				USP	Pública
24	José Carlos Almeida da Silva	Encerrado	Salvador	BA	NORDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04	Reitor da UCSAL*	Privada confessional
25	José Eustáquio Romão	Em curso	São Paulo	SP	SUDESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16				UNINOVE	Privada
26	Lauro Ribas Zimmer	Encerrado	Florianópolis	SC	SUL	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-00	13-mar-00	13-mar-00	13-mar-04	Cargos públicos e reitor das universidades Estaduais de Santa Catarina e Estácio de Sá*	Pública/Privada
27	Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha	Encerrado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	23-mar-12				UFRJ	Pública
28	Luiz Bevilacqua	Encerrado	Rio de Janeiro	RJ	SUDESTE	06-jun-06	06-jun-06	25-jul-07				UFABC e LNCC	Pública
29	Luiz Fernandes Dourado	Em curso	Goiânia	GO	CENTRO-OESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16				UFG	Pública

30	Luiz Roberto Liza Curi	Em curso	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16				SEB	Privada
31	Márcia Ângela da Silva Aguiar	Em curso	Recife	PE	NORDESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18				UFPE	Pública
32	Maria Beatriz Luce (2)	Encerrado	Porto Alegre	RS	SUL	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12				UFRGS/U NIPAMPA	Pública
33	Marilena de Souza Chauí	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	15-jun-04	15-jun-04	15-jun-08				USP	Pública
34	Marília Ancona-Lopez	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06	10-mai-06	10-mai-06	10-mai-10	PUC/SP	Privada confessional
35	Mario Portugal Pederneiras	Encerrado	Curitiba	PR	SUL	07-ago-07	07-ago-07	06-jun-10				UFPR/Funpar*	Pública
36	Milton Linhares	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12	UNIBAN/CEE-SP	Privada
37	Myriam Krasilchik	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98				USP	Pública
38	Paschoal Laercio Armonia	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14				UNIP	Privada
39	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (1)	Encerrado	Juiz de Fora	MG	SUDESTE	04-mai-04	04-mai-04	04-mai-08	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12	UFJF	Pública
40	Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (2)	Em curso	Juiz de Fora	MG	SUDESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18	07-out-14	07-out-14	07-out-18	UFJF	Pública
41	Paulo Speller (1)	Encerrado	Cuiabá	MT	CENTRO-OESTE	10-jun-08	10-jun-08	10-jun-12				UFMT, Unilab	Pública

42	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	Encerrado	São Carlos	SP	SUDESTE	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06				UFSCAR	Pública
43	Reynaldo Fernandes	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	07-jun-10	07-jun-10	07-jun-14				USP	Pública
44	Roberto Cláudio Frota Bezerra	Encerrado	Fortaleza	CE	NORDESTE	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02	09-abr-02	09-abr-02	09-abr-06	UFC*	Pública
45	Sérgio Roberto Kieling Franco	Em curso	Porto Alegre	RS	SUL	03-jul-12	03-jul-12	03-jul-16				UFRGS	Pública
46	Silke Weber	Encerrado	Recife	PE	NORDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02	GOVERNO /PE e UFPE	Pública
47	Teresa Roserley Neubauer da Silva	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	10-set-01	10-set-01	03-abr-04				GOVERNO /SP, USP	Pública
48	Vilma de Mendonça Figueiredo	Encerrado	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	13-mar-00	13-mar-00	19-nov-01				Embrapa	Pública
49	Yugo Okida (1)	Encerrado	São Paulo	SP	SUDESTE	26-fev-96	26-fev-96	26-fev-98	06-abr-98	06-abr-98	06-abr-02	UNIP	Privada
50	Yugo Okida (2)	Em curso	Brasília	DF	CENTRO-OESTE	07-out-14	07-out-14	07-out-18				UNIP	Privada

*Informações complementadas com pesquisa realizada na internet.